bradesco bem dtvm

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BEM DTVM atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, possuía sob sua administração fiduciária R$ 539.760 milhões, distribuídos em 2.632 fundos e clubes de investimento, atendendo um total de 489.908 cotistas.

No exercício de 2025, a BEM DTVM registrou lucro líquido de R$ 52 milhões, patrimônio líquido de R$ 252 milhões e ativos totais de R$ 380 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

A BEM DTVM contrata e faz gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2025
Disponibilidades	5	**18**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		**283.599**
Títulos e Valores Mobiliários	6	283.599
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		**95.679**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	90.120
Outros Ativos Financeiros	9	5.559
Créditos Tributários	22c	**367**
Outros Ativos	10	**111**
Total do Ativo		**379.774**

Passivo	Nota	2025
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		**90.072**
Outros Passivos Financeiros	11	90.072
Outras Provisões	12	**3.530**
Impostos Correntes		**15.750**
Outros Passivos	14	**18.097**
Total do Passivo		**127.449**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	15a	121.000
Reservas de Lucros	15c	131.325
Total do Patrimônio Líquido		**252.325**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**379.774**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receitas da Intermediação Financeira		**26.840**	**51.061**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7	26.840	51.061
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**26.840**	**51.061**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**11.633**	**23.713**
Receita de Prestação de Serviços	16	37.437	75.232
Despesas Administrativas	17	(21.666)	(42.725)
Despesas Tributárias	18	(3.873)	(7.692)
Outras Receitas Operacionais	19	552	561
Outras Despesas Operacionais	20	(817)	(1.663)
Resultado Operacional		**38.473**	**74.774**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**38.473**	**74.774**
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(8.283)	(22.798)
Lucro Líquido		**30.190**	**51.976**
Lucro básico por lote de mil cotas em R$		**249,51**	**429,56**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Lucro Líquido do Período	**30.190**	**51.976**
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado	-	-
Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado	-	-
Resultado Abrangente do Período	**30.190**	**51.976**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**38.473**	**74.774**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**7**	**75**
Atualização monetária das provisões fiscais	7	11
Provisões Operacionais	-	64
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	**868**	**1.474**
Outros Ativos	211	147
Outros Instrumentos Financeiros	657	1.327
Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	**17.785**	**(114.586)**
Outros Instrumentos Financeiros	23.273	(90.818)
Outras Provisões	(1.214)	(1.606)
Outros Passivos	(375)	(711)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.899)	(21.451)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**57.133**	**(38.263)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	-	(306)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**-**	**(306)**
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**57.133**	**(38.569)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	316.604	412.306
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	373.737	373.737
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**57.133**	**(38.569)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento de capital a integralizar	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**98.000**	**-**	**12.115**	**107.727**	**-**	**217.842**
Aumento de Capital com Reservas	-	23.000	(10.503)	(12.497)	-	-
Homologação Aumento de Capital	23.000	(23.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	51.976	51.976
Destinações: - Reservas	-	-	2.599	48.884	(51.483)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(493)	(493)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(17.000)	-	(17.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**121.000**	**-**	**4.211**	**127.114**	**-**	**252.325**
Saldos em 30 de junho de 2025	**98.000**	**23.000**	**2.701**	**115.720**	**-**	**239.421**
Homologação Aumento de Capital	23.000	(23.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	30.190	30.190
Destinações: - Reservas	-	-	1.510	28.394	(29.904)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(286)	(286)
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(17.000)	-	(17.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**121.000**	**-**	**4.211**	**127.114**	**-**	**252.325**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente em 2025.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Instituição utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

d) Ativos e passivos financeiros

I - Ativos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** Configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

II - Passivos financeiros

A Instituição classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Instituição são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Instituição não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

III - Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Instituição efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

IV - Renegociação e reestruturação

Os ativos financeiros renegociados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As renegociações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações.

V - Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (Nível 1).

Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Instituição utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros (Nível 2).

Para instrumentos mais complexos, a Instituição utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas (Nível 3).

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

VI - Perdas de créditos esperadas

Em relação à provisão para perdas de crédito, a Resolução BCB nº 352/23 estabelece critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Instituição apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para instituições do Segmento 1 (S1).

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

Constituição de provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrual*) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso de a contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perdas é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde o seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual à totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Apuração

A Instituição avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo.

Consideram-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.
- **Expectativa de Recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, a Instituição observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

e) Juros

A Instituição optou pela utilização da metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB nº 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente a Instituição optou, para alguns componentes, pela utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 22.

g) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 10.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

...continuação

bradesco bem dtvm

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h) Outros passivos

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

As composições Outros Passivos estão apresentadas na Nota 14.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Instituição não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 9/20 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 13.

k) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na Nota 25.

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 24 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução BCB nº 2/20.

4) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução BCB nº 352/23 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	2025
Disponibilidades em moeda nacional	18
Total de disponibilidades (caixa)	**18**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	90.120
Cotas de fundos de investimentos	283.599
Total de caixa e equivalentes de caixa (1)	**373.737**

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Em 31 de dezembro - R$ mil		
	2025		
Títulos	**Prazo indeterminado**	**Valor justo (1)**	**Ganhos/ Perdas não realizadas**
Cotas de fundo de investimento	283.599	283.599	-
Total geral	**283.599**	**283.599**	**-**

(1) Valor de custo atualizado é similar ao valor justo.

7) RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Receita com rendimentos de cotas de fundos	25.483	49.704
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8b)	1.357	1.357
Total	**26.840**	**51.061**

8) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2025	
	1 a 30 dias	**Total**
Aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada		
Letras do tesouro nacional	90.120	90.120
Total	**90.120**	**90.120**
%	**100,0**	**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	1.357	1.357
Total	**1.357**	**1.357**

9) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	2025
Taxas de administração de fundos a receber	5.559
Total	**5.559**

10) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	2025
Devedores por depósitos em garantia	111
Total	**111**

11) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	2025
Recursos de clientes (1)	90.072
Total	**90.072**

(1) Recursos disponíveis de clientes enquanto não comprometidos em operações.

12) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	2025
Provisões para pagamentos a efetuar	2.648
Outras contingências (1)	562
Provisões fiscais (Nota 13)	320
Total	**3.530**

(1) Correspondente a honorários advocatícios.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

A tese é:

- Autuação de contribuição previdenciária do período de dezembro/2002 a julho/2004, relativo às supostas diferenças entre os valores recolhidos em GPS - Guia da Previdência Social e aqueles destinados à seguridade social e a terceiros, no montante de R$ 320 mil.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

II - Movimentação das provisões

	R$ mil	
	Fiscais (1)	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**309**	**309**
Atualização monetária	11	11
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**320**	**320**

(1) Não há processos judiciais de natureza cível e/ou trabalhista.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, R$ 579 mil para os processos fiscais.

O processo fiscal com essa classificação é:

- Autuações de INSS, relativos aos anos-bases de 2015 a 2017, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no montante de R$ 579 mil.

14) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	2025
Juros sobre capital próprio	14.450
Impostos e contribuições a pagar	2.945
Dividendos a pagar	493
Negociação com clientes	135
Credores diversos	74
Total	**18.097**

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R$ 121.000 mil é composto por 121.000.000 de cotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Conforme a alteração contratual de 10 de abril de 2025 foi deliberado o aumento de capital social de R$ 23.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Legal e Estatutária, com a criação de 23.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 16 de julho de 2025.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R$ mil
	2025	**2025**
Saldo no início do período	**98.000.000**	**98.000**
Aumento de capital	23.000.000	23.000
Saldo no final do período	**121.000.000**	**121.000**

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	2025
Reservas de lucros	**131.325**
- Reserva legal (1)	4.211
- Reserva estatutária (2)	127.114

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios - Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios - Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado em 29 de dezembro de 2025 a destinação de juros sobre capital próprio no montante de R$ 17.000 mil mediante parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias. O pagamento será efetuado até 31.12.2026.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido	**51.976**	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	2.599	
Base de cálculo	**49.377**	
Total de dividendos em 31 de dezembro de 2025	**493**	**1%**
Juros sobre o capital próprio em 29 de dezembro de 2025 (2)	**17.000**	

(1) Percentual dos dividendos em relação à base de cálculo;

(2) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado em 29 de dezembro de 2025 o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 17.000 mil, mediante parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias, os quais serão pagos até 31 de dezembro de 2026.

e) Lucro básico por cota

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos cotistas da Instituição, pela quantidade total de cotas.

16) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Distribuição de cotas de fundos de investimento	21.236	43.680
Administração de fundos de investimento	12.814	24.536
Outras	3.387	7.016
Total	**37.437**	**75.232**

17) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Serviços de terceiros (1)	19.364	39.845
Serviços técnicos especializados	1.690	2.190
Doações	498	498
Serviços do sistema financeiro	36	75
Processamento de dados	49	49
Publicações	18	38
Outras	11	30
Total	**21.666**	**42.725**

(1) Contratação de agentes autônomos de investimentos.

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Contribuição à Cofins	2.414	4.749
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	749	1.505
Contribuição ao PIS	392	772
Outras	318	666
Total	**3.873**	**7.692**

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Reversão de provisões operacionais (1)	551	551
Receitas financeiras	1	10
Total	**552**	**561**

(1) Reversão de honorários de processo fiscal.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Despesas compartilhadas (1)	785	1.562
Atualizações de contingências fiscais	32	101
Total	**817**	**1.663**

(1) Refere-se a despesas compartilhadas da estrutura de suporte administrativo do Banco Bradesco com a BEM DTVM.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 2/20 do Banco Central do Brasil (Bacen). A Instituição faz parte da Organização Bradesco que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R$ mil
	Controlador (1) (2)
	2025
Ativos	
Disponibilidades (1)	18
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	90.120
Passivos	
Dividendos a pagar (2)	493
Juros sobre o capital próprio (2)	14.450

	R$ mil	
	Controlador (1) (2)	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Resultado		
Receitas de intermediação financeira (1)	1.357	1.357

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco BBI S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução BCB nº 8/20, para seu pessoal-chave da Administração.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**38.473**	**74.774**
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) às alíquotas vigentes	(15.390)	(29.910)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(203)	(210)
Juros sobre o capital próprio a pagar	6.800	6.800
Outros valores	510	522
Imposto de renda e contribuição social do período	**(8.283)**	**(22.798)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R$ mil	
	2º Semestre de 2025	**Acumulado em 31 de dezembro de 2025**
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(8.087)**	**(22.615)**
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(196)	(183)
Total dos impostos diferidos	**(196)**	**(183)**
Imposto de renda e contribuição social do período	**(8.283)**	**(22.798)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31 de dezembro de 2025**
Provisões fiscais	124	4	-	128
Provisões honorários advocatícios	410	-	(185)	225
Provisão para publicação e outras provisões	16	14	(16)	14
Total dos créditos tributários	**550**	**18**	**(201)**	**367**

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro - R$ mil		
	2025		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2026	68	41	109
2027	63	38	101
2028	55	33	88
2029	43	26	69
Total	**229**	**138**	**367**

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 343 mil de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

...continuação

bradesco bem dtvm

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

R$ mil

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeter-minado	Total
Ativo						
Disponibilidades	**18**	**-**	**-**	**-**	**-**	**18**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**-**	**-**	**-**	**-**	**283.599**	**283.599**
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	283.599	283.599
Ativos financeiros ao custo amortizado	**95.679**	**-**	**-**	**-**	**-**	**95.679**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	90.120	-	-	-	-	90.120
Outros ativos financeiros	5.559	-	-	-	-	5.559
Impostos diferidos ativos	**-**	**59**	**50**	**258**	**-**	**367**
Outros ativos	**111**	**-**	**-**	**-**	**-**	**111**
Total em 31 de dezembro de 2025	**95.808**	**59**	**50**	**258**	**283.599**	**379.774**
Passivo						
Passivos financeiros ao custo amortizado	**90.072**	**-**	**-**	**-**	**-**	**90.072**
Outros passivos financeiros	90.072	-	-	-	-	90.072
Outras provisões	**2.611**	**36**	**-**	**883**	**-**	**3.530**
Impostos correntes	**-**	**15.750**	**-**	**-**	**-**	**15.750**
Outros passivos	**3.153**	**-**	**14.944**	**-**	**-**	**18.097**
Total do passivo	**95.836**	**15.786**	**14.944**	**883**	**-**	**127.449**
Patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**252.325**	**252.325**
Total em 31 de dezembro de 2025	**95.836**	**15.786**	**14.944**	**883**	**252.325**	**379.774**

24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

• Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

• Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

• Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2025	
	Valor contábil	**Valor justo**
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	283.599	283.599

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possui na composição dos títulos e valores mobiliários aplicação em cotas de fundo de investimento (valores mobiliários), no montante de R$ 283.599 mil, classificados com "Nível 1".

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo o resultado recorrente e não recorrente do período:

O resultado contábil até 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 51.976 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM, como parte integrante da Organização Bradesco, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Geane Braga de Melo
Contadora - CRC 1SP273494/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP-295328/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sábado à segunda-feira, 28/02, 1 e 2 de março de 2026

MTR-45 Administração de Bens e Participações S.A.

CNPJ nº 42.741.453/0001-19 - NIRE 35.300.629.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 29 de dezembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **MTR-45 Administração de Bens e Participações S.A.** ("Companhia"), na Alameda Santos, nº 700, 5º andar, Cerqueira César, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01418-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Fabrício Mitre** e secretariados pelo Sr. **Rodrigo Coelho Cagali. 4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: **(i)** redução do capital social da Companhia no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, com o respectivo cancelamento de ações ordinárias de emissão da Companhia em até 36 (trinta e seis) meses; **(ii)** aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mediante a emissão de 1 (uma) nova ação preferencial classe C; **(iii)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações do Capital Social; e **(iv)** a autorização aos administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia geral, após discussão e debates das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas representando a totalidade do capital social deliberaram o quanto segue, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária sob a forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser realizado nos próximos 36 (trinta e seis) meses, com o cancelamento de 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias a medida que o capital seja reduzido, nominativas e sem valor nominal da Companhia por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, passando dos atuais R$ 97.272.175,00 (noventa e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 89.271.685 (oitenta e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; 1 (uma) ação preferencial classe A; 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal, para R$ 67.272.175,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais) divididos por 67.271.685 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal, conforme estabelecido nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações. **5.3.** Consignar que, nos termos do §1º do Art. 174 da Lei das S.A., durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. **5.4.** Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.3, acima, (i) mediante a inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectivas, conforme disposto no Art. 174, §2º, da Lei das S.A. **5.4.1.** Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), será restituída da seguinte forma: (i) R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ao acionista Ícone – Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária; e (ii) R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) à acionista Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. **5.5.** Aprovar a subscrição e emissão de ***(i)*** 1 (uma) nova ação preferencial classe C, nominativa e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser integralizada em até 36 (trinta e seis) meses, sendo o preço total de emissão da ação será integralmente destinado à conta de capital social da Companhia. Em decorrência do referido aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), o capital social da Companhia passará **de** R$ 67.272.175,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 67.271.685 (sessenta e sete milhões, duzentas e setenta e uma mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal, **para** R$ 73.272.175,00 (setenta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 59.271.685 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 2 (duas) ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal. **5.5.1.** Consignar que a ação classe C foi, neste ato, subscrita pela acionista **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.882.930/0001-65 ("Mitre"), e será integralizada em até 36 (trinta e seis) meses, de acordo com os termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata, na forma constante do **Anexo I**. **5.5.2.** O acionista Ícone – Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada, fundo de investimento imobiliário constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 53.137.434/0001-02, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, expressamente renuncia, em favor da Mitre, ao exercício do seu direito de preferência para a subscrição das Ações Emitidas. **5.6.** Em razão das deliberações previstas nos itens acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, é de R$ 73.272.175,00 (setenta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 59.271.685 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 2 (duas) ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal. §1º. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral. §2º. A ação preferencial classe A ("Ação PNA") não terá direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhe assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão da Ação PNA que seja destinada à formação do capital social; e (ii) prioridade no recebimento de dividendos mínimos, cumulativos e mensais, a serem calculados na forma do §3º abaixo. §3º. O valor dos dividendos prioritários mensais a serem distribuídos ao titular da Ação PNA corresponderá à diferença positiva entre (i) R$ 119.500.000,00 (cento e dezenove milhões e quinhentos mil reais) atualizado pela variação positiva acumulada do Índice Nacional de Custo da Construção, publicado mensalmente pela FGV ("INCC-DI"), desde o segundo mês anterior à 27 de dezembro de 2023 até o segundo mês anterior ao cálculo do Benchmark (e considerando a variação acumulada composta apenas pelos valores mensais positivos – i.e., expurgados do cálculo os meses em que a variação for negativa) e acrescido exponencialmente de uma sobretaxa de 13% (treze por cento) ao ano, ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada pro rata die desde 27 de dezembro de 2023 até a data do cálculo do Benchmark, deduzido da totalidade dos valores líquidos recebidos pelo acionista titular da Ação PNA a título de dividendos e de outras formas de distribuição de resultado ou restituição de capital ou reservas da Companhia até a data de cálculo ("Benchmark"), calculado tendo como data-base o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês; e (ii) o Benchmark calculado tendo como data-base o dia 26 (vinte e seis) do mês anterior ("Valor dos Dividendos Ação PNA"). §4º. As ações preferenciais classe B ("Ações PNB") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão das Ações PNB que seja destinada à formação do capital social; e (ii) direito de resgate, em moeda corrente nacional, com redução ou não do capital social, a critério do seu titular, pelo valor, por ação, a ser calculado conforme o §5º abaixo. §5º. O valor do resgate previsto no item (ii) do §4º acima corresponderá à diferença entre o Valor dos Dividendos Ação PNA no mês em questão e o montante de dividendos ou outros proventos efetivamente distribuídos ao acionista titular da Ação PNA em referido mês. §6º. Os acionistas titulares de Ações PNB poderão resgatar 1 (uma) Ação PNB por mês, salvo se, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês, tal acionista tiver recebido, no mês em questão, dividendos ou outros proventos em montante correspondente ao valor integral do Valor dos Dividendos Ação PNA. §7º. As ações preferenciais classe C ("Ações PNC") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) nos termos do art. 17, inciso II, da Lei das S.A., terão prioridade no reembolso de capital (prioridade essa correspondente ao valor equivalente à parte do preço de emissão da ação que seja destinada à formação do capital social), sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia (estando tal reembolso subordinado ao prévio recebimento do reembolso pelas ações preferenciais Classe A e B) e (ii) serão resgatáveis, em moeda corrente nacional, a critério de seu titular, com redução ou não do capital social. §8º. Na proporção do número de ações de que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das S.A. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. §9º. A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei das S.A., sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. §10º. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das S.A. §11º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.*** **5.7.** Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar de acordo com a redação constante do **Anexo II**. **5.8.** Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências que se fizerem necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas, inclusive a assinatura dos contratos sociais das controladas da Companhia, para dar efeito às deliberações tomadas neste ato, nos termos da legislação vigente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 29 de dezembro de 2025. Mesa: **Fabrício Mitre** - Presidente; **Rodrigo Coelho Cagali** - Secretário; Acionistas Presentes: **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.** Por: Rodrigo Coelho Cagali e Fabrício Mitre; **Ícone - Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada** Por: Riza Gestora de Recursos Ltda. Por: Giancarlo Denapoli - **Estatuto Social Consolidado - Da MTR-45 Administração de Bens e Participações S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1.** A **MTR-45 Administração de Bens e Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), pelo Acordo de Acionistas e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 700, 5º andar, bairro Cerqueira Cesar, CEP 01418-002. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir filiais, agências, depósitos e escritórios de representação ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3.** Constitui o objeto social da Companhia a participação na: (i) **MTR Raízes Reserve Empreendimentos SPE Ltda.,** inscrita no CNPJ/MF nº 34.446.974/0001-15, arquivada sob o NIRE nº 35.235.600.023, com sede na Alameda Santos, 700, 5º andar, conjunto 51, Sala 4, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01418-002; (ii) **OPI-11 São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda.,** inscrita no CNPJ sob o nº 34.900.382/0001-21, arquivada sob o NIRE nº 35.235.640.467, com sede na Alameda Santos, nº 700, 5º andar, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01418-000; e (iii) **MTR Raízes Alto Freguesia do Ó Empreendimentos SPE Ltda.,** inscrita no CNPJ nº 36.324.346/0001-92, arquivada sob o NIRE 35.235.868.743, com sede na Alameda Santos, nº 700, 5º andar, conjunto 51, sala 7, Jardim Paulista, São Paulo – SP, CEP 01418-002. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, é de R$ 73.272.175,00 (setenta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 67.271.685 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 2 (duas) ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º.** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral. **§2º.** A ação preferencial classe A ("Ação PNA") não terá direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhe assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão da Ação PNA que seja destinada à formação do capital social; e (ii) prioridade no recebimento de dividendos mínimos, cumulativos e mensais, a serem calculados na forma do §3º abaixo. **§3º.** O valor dos dividendos prioritários mensais a serem distribuídos ao titular da Ação PNA corresponderá à diferença positiva entre (i) R$ 119.500.000,00 (cento e dezenove milhões e quinhentos mil reais) atualizado pela variação positiva acumulada do Índice Nacional de Custo da Construção, publicado mensalmente pela FGV ("INCC-DI"), desde o segundo mês anterior a 27 de dezembro de 2023 até o segundo mês anterior ao cálculo do Benchmark (e considerando a variação acumulada composta apenas pelos valores mensais positivos – i.e., expurgados do cálculo os meses em que a variação for negativa) e acrescido exponencialmente de uma sobretaxa de 13% (treze por cento) ao ano, ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada pro rata die desde 27 de dezembro de 2023 até a data do cálculo do Benchmark, deduzido da totalidade dos valores líquidos recebidos pelo acionista titular da Ação PNA a título de dividendos e de outras formas de distribuição de resultado ou restituição de capital ou reservas da Companhia até a data de cálculo ("Benchmark"), calculado tendo como data-base o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês; e (ii) o Benchmark calculado tendo como data-base o dia 26 (vinte e seis) do mês anterior ("Valor dos Dividendos Ação PNA"). **§4º.** As ações preferenciais classe B ("Ações PNB") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão das Ações PNB que seja destinada à formação do capital social; e (ii) direito de resgate, em moeda corrente nacional, com redução ou não do capital social, a critério do seu titular, pelo valor, por ação, a ser calculado conforme o §5º abaixo. **§5º.** O valor do resgate previsto no item (ii) do §4º acima corresponderá à diferença entre o Valor dos Dividendos Ação PNA no mês em questão e o montante de dividendos ou outros proventos efetivamente distribuídos ao acionista titular da Ação PNA em referido mês. **§6º.** Os acionistas titulares de Ações PNB poderão resgatar 1 (uma) Ação PNB por mês, salvo se, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês, tal acionista tiver recebido, no mês em questão, dividendos ou outros proventos em montante correspondente ao valor integral do Valor dos Dividendos Ação PNA. **§7º.** As ações preferenciais classe C ("Ações PNC") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) nos termos do art. 17, inciso II, da Lei das S.A., terão prioridade no reembolso de capital (prioridade essa correspondente ao valor equivalente à parte do preço de emissão da ação que seja destinada à formação do capital social), sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia (estando tal reembolso subordinado ao prévio recebimento do reembolso pelas ações preferenciais Classe A e B) e (ii) serão resgatáveis, em moeda corrente nacional, a critério de seu titular, com redução ou não do capital social. **§8º.** Na proporção do número de ações de que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das S.A. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. **§9º.** A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei das S.A., sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. **§10º.** Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das S.A. **§11º.** É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 6.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a lei o exigirem, podendo ser realizada de forma presencial, semipresencial ou digital, nos termos da lei. **§1º.** Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das S.A., as Assembleias Gerais serão convocadas por quaisquer Diretores da Companhia. Independentemente das formalidades de convocação, esta será dispensada sempre que todos os acionistas (i) comparecerem à respectiva Assembleia Geral; ou (ii) decidirem por escrito as matérias sujeitas à deliberação. **§2º.** Sem prejuízo das formalidades legais, a convocação far-se-á mediante envio de convocação por escrito aos acionistas, por carta com comprovante de recebimento (com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e a disponibilização dos documentos pertinentes em formato eletrônico, com instruções de acesso), sempre com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência em segunda convocação, sendo certo que a segunda convocação somente poderá ser realizada após a verificação da não instalação da Assembleia Geral em primeira convocação. **§3º.** Os anúncios e avisos de convocação para a Assembleia Geral deverão indicar de forma detalhada e precisa a ordem do dia; e são expressamente proibidas ordens do dia genéricas como "outros assuntos de interesse da Companhia", "outros" ou pautas similares. **§4º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A., cujo instrumento de mandato deverá conter poderes específicos para esse fim. **Artigo 7.** Observado o disposto nos artigos 125 ou 135 da Lei das S.A., conforme aplicável, a Assembleia Geral será instalada e presidida por pessoa física escolhida por maioria de votos dos presentes. Ao presidente da Assembleia Geral caberá a escolha de um secretário dentre os presentes. **Parágrafo Único.** Observado o disposto no artigo 135 da Lei das S.A., a Assembleia Geral instalar-se-á (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos, a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes, exceto se quórum maior for exigido em Lei. **Artigo 8.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas mediante o voto favorável de acionistas titulares de ações que representem a maioria absoluta do capital votante da Companhia, em primeira ou segunda convocação, não se computando os votos em branco nem as abstenções. **Artigo 9.** Sem prejuízo dos quóruns de deliberação previstos em lei, a aprovação das matérias listadas abaixo ("Matérias Especiais") dependerá do voto favorável de acionistas presentes em Assembleia Geral da Companhia que representem 80% (oitenta por cento) do capital social votante: (i) alteração deste Estatuto Social ou do estatuto social ou contrato social de qualquer controlada da Companhia; (ii) mudança do objeto social da Companhia ou do objeto social de qualquer controlada da Companhia; (iii) aumento e/ou redução do capital, bem como resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou cancelamento de ações; (iv) emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias e opções para compra de ações ou qualquer outro título que assegura ao seu proprietário o direito de adquirir ações da Companhia ou de suas controladas; (v) requerimento de autofalência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia; (vi) liquidação e dissolução da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia, e nomeação ou remoção dos respectivos liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; (vii) qualquer operação de fusão, cisão, transformação, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia ou qualquer de suas controladas; (viii) participação da Companhia e/ou de suas controladas em grupo de sociedades, conforme definido pelos artigos 265 a 277 da Lei das S.A.; (ix) aquisição, subscrição, alienação ou oneração de participação societária pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias em outras sociedades, incluindo a alienação ou oneração de participação societária de qualquer das suas subsidiárias pela Companhia; (x) fixação ou alteração de quaisquer remunerações, bônus, benefícios e/ou participações nos lucros a serem pagos aos administradores ou, se aplicável, aos membros do conselho fiscal, assim como outorga de opção de compra de ações; (xi) a abertura ou encerramento de contas bancárias ou de investimento, bem como a outorga de procuração para abertura, encerramento ou qualquer tipo de movimentação de contas bancárias ou de investimento novas ou já existentes de titularidade da Companhia ou de qualquer de suas controladas, bem como para representação destas junto a instituições financeiras públicas ou privadas e operadoras de cartões de crédito; (xii) aditamento, modificação, denúncia ou rescisão do Contrato de Empreitada Global com Preço Máximo Garantido e do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Imobiliária, ambos celebrados em 27 de dezembro de 2023, entre, dentre outros, a Companhia, as suas controladas, a Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. e, quando aplicável, uma de suas controladas; (xiii) qualquer distribuição de dividendos ou restituição de capital ou reservas aos acionistas de forma diferente da disposta no Capítulo VI abaixo; (xiv) a entrada em novos negócios pela Companhia ou por qualquer de suas controladas; (xv) alienação ou oneração, por qualquer das suas subsidiárias, dos empreendimentos detidos por estas, exceto com relação à venda de unidades destes empreendimentos no curso normal dos negócios das suas subsidiárias; (xvi) celebração, aditamento, denúncia ou rescisão de qualquer contrato, assunção de obrigações e/ou cessão de direitos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas de um lado, e qualquer dos acionistas e/ou suas partes relacionadas, de outro; (xvii) a contratação e/ou o pagamento de corretagem, pela venda de unidades imobiliárias dos empreendimentos detidos pelas subsidiárias da Companhia, com valor superior a 6% (seis por cento) do preço de venda da unidade; (xviii) a concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, que não entre a Companhia e suas controladas; (xix) contratação ou aditamento de qualquer financiamento, empréstimo ou endividamento pela Companhia ou qualquer de suas controladas; (xx) realização de quaisquer atos que resultem em quaisquer ônus em qualquer ativo da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, exceto pela venda de unidades dos empreendimentos nos termos do item (xv) acima; (xxi) aprovação ou alteração do plano de negócios da Companhia; (xxii) alteração do regimento de afetação dos empreendimentos detidos pelas subsidiárias da Companhia; e (xxiii) a eleição dos Diretores da Companhia e/ou administradores de suas controladas. **Parágrafo Único.** O direito de voto da Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios de suas controladas será exercido por administradores da Companhia, sendo certo que, quando se tratar de deliberação, nas controladas da Companhia, sobre Matérias Especiais, as mesmas estarão sujeitas à aprovação prévia em Assembleia Geral da Companhia. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, que será composta por 3 (três) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 1 (um) Diretor Geral, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, na forma da lei, deste Estatuto Social e observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§1º.** Os membros da Diretoria serão eleitos para o mandato de 3 (três) anos, permitida a sua reeleição. **§2º.** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas da Diretoria, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **§3º.** Os Diretores permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral. **§4º.** A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista por ela, a qualquer tempo. **Artigo 11.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, em virtude de convocação escrita de qualquer Diretor, com antecedência mínima de 3 (três) dias, e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação da maioria dos membros eleitos. **Parágrafo Único.** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores que estiverem presentes. **Artigo 12.** Aos Diretores da Companhia competirá a execução de todos os atos necessários para a operação da Companhia, de acordo com a lei e com este Estatuto Social, e, respeitada a deliberação prévia exigida em sede de Assembleia Geral nos termos deste Estatuto Social ou da Lei das S.A., a Companhia será representada na forma disposta do Artigo 13 abaixo. **Artigo 13.** A Companhia será obrigatoriamente representada, ativa e passivamente, inclusive para a movimentação de contas bancárias e de investimento, por (i) quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, exceto para a representação em atos relativos às Matérias Especiais, ou (ii) 2 (dois) Diretores, sendo um necessariamente o Diretor Vice-Presidente, em atos relativos às Matérias Especiais, ou (iii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, ou (iv) 1 (um) Diretor, nos casos especificamente autorizados pela Assembleia Geral, ou (v) Diretor Vice-Presidente, no que se refere à movimentação, realizando retiradas, transferências e/ou pagamentos, das contas bancárias e de investimento da Companhia (e das suas controladas), e sem prejuízo da movimentação de contas bancárias e de investimento por outras pessoas, na forma das demais hipóteses de representação previstas neste Artigo 13, ou (vi) 2 (dois) procuradores, em conjunto, sendo os procuradores da Companhia constituídos na forma do Artigo 10345021.§0º.Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por (i) quaisquer 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, exceto para a outorga de poderes relacionados às Matérias Especiais, ou (ii) 2 (dois) Diretores, sendo um necessariamente o Diretor Vice-Presidente, para a outorga de poderes relacionados às Matérias Especiais, ou (iii) 1 (um) Diretor da Companhia, nos casos especificamente autorizados pela Assembleia Geral; constituir mandatários, especificando no instrumento os poderes outorgados, não podendo ter prazo de vigência superior a 1 (um) ano e cláusula de substabelecimento, com exceção daqueles outorgados exclusivamente com os poderes da cláusula *ad judicia*, que poderão vigorar por prazo indeterminado e com a faculdade de serem substabelecidos. **Artigo 14.** Em caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento temporário ou permanente de qualquer Diretor da Companhia antes do término do respectivo mandato, deverá ser convocada uma Assembleia Geral da Companhia para eleição do substituto. **Artigo 15.** É expressamente vedada aos Diretores ou procuradores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 16.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e competências previstas em lei. **§1º.** O Conselho Fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, encerrando-se seu mandato na primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua instalação, permitida a reeleição. **§2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **§3º.** O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. **§4º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, devendo ainda a Companhia reembolsá-los pelas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções. **§5º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros que estiverem presentes à reunião. **Capítulo VI - Exercício Social e Destinação de Resultados: Artigo 17.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente. **Artigo 18.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observada a seguinte ordem: **(a)** 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **(b)** a parcela necessária ao pagamento dos dividendos prioritários da Ação PNA; **(c)** a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado após a dedução prevista no item (a) acima e pagamento dos dividendos previstos no item (b) acima; e **(d)** uma parcela de 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado após as destinações previstas acima será destinada à Reserva Estatutária, com a finalidade de prover fundos que garantam o pagamento futuro dos dividendos prioritários da Ação PNA e dos resgates das Ações PNB, e cujo limite será o montante do capital social da Companhia. **Artigo 19.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos estabelecidos pela Assembleia Geral, respeitados os prazos máximos previstos em lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Somente incidirá correção monetária e/ou juros nos dividendos atribuídos aos acionistas se assim for determinado pela Assembleia Geral. **Artigo 20.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucro (ou, ainda, apenas no caso da Ação PNA, de reservas de capital) existentes no balanço do mês anterior, observado o disposto no Acordo de Acionistas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. **Artigo 21.** A Companhia, mediante deliberação da Diretoria, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo Único.** Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Dissolução, Liquidação e Transformação: Artigo 22.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **§1º.** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **§2º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento. **Artigo 23.** A Companhia poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria do capital votante. **Capítulo VIII - Acordo de Acionistas: Artigo 24.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede ("Acordo de Acionistas"), cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências dos §§ 8º e 9º do artigo 118 da Lei das S.A. **Capítulo IX - Resolução de Disputas: Artigo 25.** Todo e qual

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 11.696.857/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 *(em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	4	16.438	3.786
Aplicações financeiras	4	669	4.273	90.840	90.955
Contas a receber	5	2.739	2.614	69.943	65.727
Estoques		–	–	1.482	305
Impostos a recuperar	6	7.234	5.130	26.608	25.111
Dividendo a receber	14	17.953	26.183	–	–
Despesas antecipadas		–	–	6.161	3.838
Outras Contas a Receber		1	–	1.619	7.121
		28.599	**38.205**	**213.091**	**196.842**
Não Circulante					
Depósitos Judiciais		–	–	322	322
Outras contas a receber		–	–	19.746	19.832
Partes relacionadas	14	4.368	17.948	–	–
Ativo fiscal diferido	15	8.729	9.207	10.699	11.383
Investimentos	7	769.424	802.865		
Imobilizado	8	24	–	1.500.389	1.565.232
Intangível	9	–	–	17.756	20.121
		782.545	**830.020**	**1.548.912**	**1.616.889**
Total do Ativo		**811.144**	**868.225**	**1.762.002**	**1.813.731**

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	11	2.800	2.620	23.412	17.586
Financiamentos	12	–	–	31.104	28.442
Debêntures	12	–	–	46.091	45.791
Obrigações tributárias		59	68	12.057	11.598
Obrigações Trabalhistas		49	131	1.236	1.294
Dividendo a pagar	14	29.173	38.470	30.927	40.148
Partes relacionadas		2.770	2.770	–	–
Arrendamentos a pagar	10	–	–	5.918	5.669
Contas a pagar	13	580	614	38.225	3.819
		35.431	**44.673**	**188.970**	**154.348**
Não circulante					
Fornecedores	11	–	–	131	131
Financiamentos	12	–	–	202.308	229.146
Debêntures	12	–	–	230.456	275.514
Obrigações tributárias		–	–	4.812	5.068
Provisão para desmobilização	10	–	–	10.340	9.641
Provisão para demandas judiciais	16	–	–	187	8
Arrendamentos a pagar	10	–	–	73.460	76.727
Contas a pagar	13	–	–	107.530	642
		–	–	**629.224**	**596.878**
Patrimônio líquido	17				
Capital social		641.213	641.213	641.213	641.213
Reservas de lucros		134.500	182.339	134.500	182.340
		775.713	**823.552**	**775.713**	**823.552**
Participação não controladores		–	–	168.096	238.953
		775.713	**823.552**	**943.808**	**1.062.505**
Total do passivo e patrimônio líquido		**811.144**	**868.225**	**1.762.002**	**1.813.731**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida de vendas	18	30.811	29.518	762.333	705.659
(-) Custo dos produtos vendidos	18	(30.635)	(28.875)	(398.496)	(301.070)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**176**	**643**	**363.837**	**404.588**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	19	(13.073)	(20.753)	(34.977)	(41.005)
Resultado de equivalência patrimonial	7	128.118	173.127	–	–
Outras receitas/(despesas) líquidas	19	(5.534)	(3.271)	(1.549)	20.724
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**109.687**	**149.747**	**327.311**	**384.308**
Receitas financeiras	20	13.718	12.872	19.754	21.151
Despesas financeiras	20	(93)	(160)	(70.942)	(71.733)
(=) Resultado financeiro líquido		**13.625**	**12.712**	**(51.188)**	**(50.582)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**123.312**	**162.458**	**276.123**	**333.726**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	21	–	–	(75.101)	(71.389)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	21	(478)	(478)	(519)	(12.941)
(=) Lucro líquido do exercício		**122.834**	**161.980**	**200.503**	**249.395**
Lucro líquido por ação		**0,207**	**0,272**	**0,338**	**0,419**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		–	–	122.834	161.980
Acionistas não controladores		–	–	77.669	87.416
		–	–	**200.503**	**249.395**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
(=) Lucro líquido do exercício	122.834	161.980	200.503	249.395
Outros resultados abrangentes			–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**122.834**	**161.980**	**200.503**	**249.395**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	–	–	122.834	161.980
Acionistas não controladores	–	–	77.669	87.416
	–	–	**200.503**	**249.395**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
(=) Lucro líquido do exercício		**122.834**	**161.980**	**122.834**	**161.980**
Itens que não afetam o caixa operacional					
Participação de não controladores, líquido		1	–	(9.746)	6.153
(+) Depreciação e amortização	8	–	–	70.632	73.674
(+) Juros e variações monetárias		–	–	72.587	67.682
(-) Lucro não realizado	8	(1.407)	(1.407)	(1.407)	(1.407)
(-) Equivalência patrimonial		(128.118)	(173.127)	–	–
(-) Dividendos Desproporcional		4.357	2.125		
(-/+) (Reversão)/provisão para demandas judiciais		–	–	179	(22.459)
(+) Custo residual de ativo imobilizado baixado		–	–	1.464	225
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social		478	478	(8)	478
Resultado de ativos e passivo oneroso		–	–	(27)	(14.854)
		(1.854)	**(9.950)**	**256.508**	**271.472**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		3.604	59.223	115	129.629
Conta s receber		(124)	75	(4.215)	10.556
Estoques		–	–	(1.177)	(43)
Impostos a recuperar		(2.104)	(2.043)	(1.497)	(3.532)
Despesas antecipadas		–	–	(2.323)	(1.403)
Outras contas a receber		(1)	6	5.588	(17.341)
Depósitos judiciais		–	–	–	81
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		180	(164)	5.826	1.426
Obrigações tributárias		(9)	(81)	203	3.817
Obrigações Trabalhistas		(82)	19	(58)	102
Outras contas a pagar		(34)	614	79.301	1.598
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**1.430**	**57.647**	**81.763**	**124.890**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Partes Relacionadas		13.580	24.986	–	–
Dividendos recebidos	7	153.356	162.788	–	–
Aquisição de imobilizado		(25)	–	(2.685)	(2.796)
Juros sobe capital		13.483	11.897	(14.825)	(12.975)
Investimentos		–	(8.530)	–	–
Ações em tesouraria		–	(2.493)	–	(2.493)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**180.393**	**188.648**	**(17.510)**	**(18.264)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Arrendamentos pagos		–	–	(6.878)	(6.498)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		–	–	150.006	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		–	–	(133.164)	(103.280)
Dividendos pagos		(179.970)	(239.113)	(318.073)	(265.678)
Partes relacionados		–	2.770	–	–
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(179.970)**	**(236.343)**	**(308.,109)**	**(375.455)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**2**	**12.653**	**2.642**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		4	2	3.786	1.144
No fim do exercício		3	4	16.438	3.786
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**2**	**12.653**	**2.642**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Ações de tesouraria	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**643.706**	–	**27.966**	**232.776**	–	**904.448**	**229.780**	**1.134.228**
Ações de tesouraria			(2.493)	–	–	–	(2.493)	–	(2.493)
Lucro líquido do exercício	17.c	–	–	–	–	161.980	161.980	87.416	249.395
Reserva legal	17.b	–	–	8.099	–	(8.099)	–	–	–
Dividendos propostos	17	–	–	–	–	(38.470)	(38.470)	(7.344)	(45.814)
Dividendos adicional	17	–	–	–	(201.913)	–	(201.913)	(57.923)	(259.836)
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	115.411	(115.411)	–	–	–
Juros sobre capital Próprio	20	–	–	–	–	–	–	(12.975)	(12.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**643.706**	**(2.493)**	**36.065**	**146.274**	–	**823.552**	**238.953**	**1.062.505**
Ações de tesouraria		(2.493)	2.493	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	17.c	–	–	–	–	122.834	122.834	77.669	**200.503**
Reserva legal	17.b	–	–	6.142	–	(6.142)	–	–	–
Dividendos propostos	17	–	–	–	–	(29.173)	(29.173)	(6.526)	**(35.699)**
Dividendos adicional	17	–	–	–	(141.500)	–	(141.500)	(127.297)	**(268.797)**
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	87.519	(87.519)	–	–	–
Juros sobre capital Próprio	20	–	–	–	–	–	–	(14.704)	(14.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**641.213**	–	**42.207**	**92.293**	–	**775.713**	**168.096**	**943.808**

nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9. **3.10.3. Desmobilização:** As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a sua controladas deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção aos terrenos das empresas do grupo, que não há previsão. **3.11. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Diferidos: 3.12.1. Correntes:** Os valores dos impostos são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12.2. Diferidos:** São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social, diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda e contribuição social diferido detalhamento e demonstrado na (**nota 13**). **3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.14. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.15. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. **3.15.1. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança. **3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou pela primeira vez os seguintes pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (**CPC**) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (**CVM**) e Conselho Federal de Contabilidade (**CFC**), com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025: **3.16.1. CPC 18 (R3) - "Investimentos em Coligadas e Controladas e Equivalência Patrimonial":** Alteração ao CPC 18 (R3) que atualiza os critérios de mensuração e aplicação do método de equivalência patrimonial em consonância com os ajustes promovidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) ao IAS 28. A aplicação inicial desta revisão ocorreu no exercício de 2025, não gerando impactos materiais relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.16.2. ICPC 09 (R3) - "Demonstrações Individuais/Separadas e Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial":** A nova versão da interpretação técnica ICPC 09 trata de questões práticas relativas à elaboração de demonstrações financeiras individuais/separadas e consolidadas, bem como a aplicação do método de equivalência patrimonial, harmonizando orientações brasileiras com as práticas internacionais. Sua adoção foi obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, sem efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia. **3.16.3. Revisões do CPC 02 (R2) - "Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio":** Foram incorporadas revisões ao CPC 02 (R2) com base em alterações internacionais relativas ao tratamento contábil quando a moeda de uma operação não é conversível, exigindo divulgações adicionais e critérios de mensuração mais detalhados sobre a não-exchangeability de moeda. A adoção inicial destas revisões ocorreu em 1º de janeiro de 2025, não tendo gerado impactos reconhecidos materialmente nas demonstrações da Companhia no exercício. **3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** • Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente a Companhia avaliou os efeitos de adoção destes pronunciamentos, revisões e interpretações exigidos a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que eles não geraram impactos materiais nas políticas contábeis, valores reconhecidos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, além das revisões de apresentação ou informação exigidas. Os itens foram incorporados conforme os requisitos de transição estabelecidos pelos respectivos pronunciamentos e normas regulatórias. **3.18. Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstração contábeis por parte de seus usuários. A entidade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **3.18.1. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - % 2025	Participação acionária - % 2024
Corumbá Concessões S.A.	Integral - Direto	47,83	47,83
Ventos Potiguares Comercializadora S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de São Miguel Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024	Consolidado 2024
Bancos conta movimento	3	4	16.438	3.786
Aplicações financeiras (**a**)	669	4.273	90.840	90.955
	672	**4.277**	**107.278**	**94.741**

(**a**) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14,90% a.a. em 2025 (12,15% a.a. em 2024).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Contas a receber (**a**)	2.739	2.614	69.943	65.727
	2.739	**2.614**	**69.943**	**65.727**

(**a**) O "Contas a receber" da Companhia refere-se à comercialização de energia eólica, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
PIS retido na fonte (**a**)	1	1	3.236	2.673
COFINS retido na fonte (**a**)	3	3	14.611	12.119
IR retido na fonte (**b**)	6.876	4.933	7.056	9.793
IRPJ Estimativa (c)	250	137	1.265	137
CSLL Estimativa (c)	100	52	100	52
IRPJ e CSLL a recuperar (**c**)	–	–	144	228
Outros impostos a recuperar	4	4	196	109
	7.234	**5.130**	**26.608**	**25.111**

(**a**) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia; (**b**) Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobe capital próprio; (**c**) Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. INVESTIMENTO

	Controladora 2025	Controladora 2024
Saldo inicial	**802.865**	**791.660**
(+) Recebimentos de dividendos (a)	(140.655)	(137.643)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c)	141.600	185.024
(-) Recebimento dos juros sobre capital próprio	(13.483)	(11.897)
(-) Ajuste de equivalência do dividendo desproporcional das ações	(4.357)	(2.125)
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores	–	–
(-) Amortização dos lucros não realizados	1.407	1.407
(+) Aporte / Adiantamento para futuro aumento de capital	–	8.530
(-) Dividendos propostos (b)	(17.953)	(32.091)
(=) Total da Movimentação de Investimento	**769.424**	**802.865**
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	26.183	31.135
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	127.173	131.653
Total de Investimento	**153.356**	**162.788**

(**a**) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R$153.356 mil, desse valor R$127.143 referem se a dividendos adicionais de 2025, R$26.183 mil referem se a dividendos propostos de 2024 recebidos durante o exercício de 2025. (**b**) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e (**c**) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Patrimônio Líquido	Lucro não realizado/ AFAC	Participação no Capital	Participação 2025	Participação 2024	Equivalencia 2025	Equivalencia 2024
Ventos Potiguares	280.389	(25.672)	100,00%	254.717	237.549	51.884	80.823
Ventos Fortes	343.782	–	100,00%	343.782	330.545	17.360	23.357
Energia Potiguar	65.817	–	0,01%	7	6	2	1
Morro dos Ventos	67.483	–	0,01%	7	6	3	1
Canto da Ilha	35.918	–	0,02%	7	6	3	1
Esquina dos Ventos	40.519	–	0,02%	7	6	3	1
Pontal do Nordeste	40.950	–	0,02%	7	6	2	1
Ilha dos Ventos	27.982	–	0,03%	8	7	4	1
Torres de Pedra	65.090	–	0,01%	9	6	2	1
Ponta do Vento Leste	63.606	–	0,01%	9	6	2	1
Torres de São Miguel	29.383	–	0,02%	9	6	2	1
Campina Potiguar	40.272	–	0,02%	7	6	4	1
Corumbá Concessões	322.232	–	47,83%	154.136	219.108	57.736	80.156
Serveng Energia Imob	16.712	–	100,00%	16.712	15.602	1.111	677
				769.424	**802.865**	**128.118**	**185.023**

8. IMOBILIZADO

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Terrenos	509	509
Veículos	2.975	3.473
Reservatórios, barragens e adutoras	362.434	373.846
Aerogeradores	968.314	1.015.150
Instalações e benfeitorias	27.109	37.773
Equipamentos de informática	706	724
Máquinas e equipamentos	107.953	113.409
Móveis e utensílios	357	374
Direito de uso	43.204	43.768
(-) Lucro não realizado	(25.671)	(27.079)
Imobilizado em andamento	12.499	3.285
	1.500.389	**1.565.232**

As controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado	Taxa de Depreciação a.a.	2023	Adições/ Baixas/ Transf.	2024	Adições/ Baixas/ Transf.	2025
Custo						
Terrenos		509	–	509	–	509
Veículos		3.393	4.038	7.431	300	7.731
Reservatórios, barragens e adutoras		570.823	230	571.053	(523)	570.530
Aerogeradores		1.414.469	–	1.414.469	299	1.414.768
Instalações e benfeitorias		40.442	9.410	49.852	(9.454)	40.398
Equipamentos de informática		1.253	409	1.662	57	1.719
Máquinas e equipamentos		216.970	6.619	223.589	1.244	224.833
Móveis e utensílios		700	21	721	12	733
Direito de uso		62.472	(212)	62.260	3.020	65.280
(-) Lucro não realizado	–	(28.486)	1.407	(27.079)	1.408	(25.671)
Imobilizado em andamento	–	8.188	(4.903)	3.285	9.214	12.499
		2.290.733	**17.019**	**2.307.752**	**5.577**	**2.313.329**
Depreciação						
Veículos	3,3	(3.122)	(836)	(3.958)	(798)	(4.756)
Reservatórios, barragens e adutoras	4 a 25	(185.643)	(11.564)	(197.207)	(10.889)	(208.096)
Aerogeradores	4 a 25	(352.171)	(47.148)	(399.319)	(47.135)	(446.454)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(10.603)	(1.476)	(12.079)	(1.210)	(13.289)
Equipamentos de informática	4 a 25	(761)	(177)	(938)	(75)	(1.013)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(102.891)	(7.289)	(110.180)	(6.700)	(116.800)
Móveis e utensílios	4 a 25	(318)	(29)	(347)	(29)	(376)
Direito de uso		(14.796)	(3.696)	(18.492)	(3.584)	(22.076)
		(670.303)	**(72.215)**	**(742.520)**	**(70.420)**	**(812.940)**
		(1.620.41)	**(55.196)**	**(1.565.232)**	**(65.203)**	**(1.500.389)**

9. INTANGIVEL

A controlada Corumbá Concessões atua na geração e comercialização de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica explorada mediante a contrato de concessão firmado, nos termos da Agência Nacional de Energia Elétrica e legislação aplicável ao setor elétrico. O contrato de concessão é contabilizado de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12), sendo reconhecido como ativo intangível, uma vez que a Companhia possui o direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Adicionalmente a sua controlada Ventos Potiguares, desenvolveu projetos ambientais que permitem a geração e comercialização de créditos de carbono, decorrentes da redução de emissões de gases de efeito estufa. Os créditos de carbono são reconhecidos e registrado no ativo intangível pelo custo de obtenção (custo de certificação, auditoria, validação e registro).

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Direito de concessão	18.147	19.444
Crédito de Carbono	903	1.973
(-) Amortização	(1.294)	(1.296)
	17.756	**20.121**

10. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Suas controladas possuem contratos de outorgas e arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	65.280	62.260
Amortização do exercício	(22.076)	(18.492)
Saldo contábil líquido	**43.204**	**43.768**
	Consolidado 2025	**Consolidado 2024**
Passivo		
Arrendamento a pagar	9.392	9.367
(-) Juros a apropriar	(3.474)	(3.698)
	5.918	**5.669**
Arrendamento a pagar	94.675	99.999
(-) Juros a apropriar	(21.215)	(23.271)
Provisão de Desmobilização (**a**)	10.340	9.641
	**83.

	Controladora		Consolidado	
Classificação por Função	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Despesas administrativas (i)	(30.635)	(28.875)	(398.496)	(301.070)
Custo do produto vendido	(13.073)	(20.753)	(34.977)	(41.005)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(5.534)	(3.271)	(1.549)	20.724
	(49.242)	**(52.899)**	**(435.022)**	**(321.351)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	236	975	18.903	20.789
Juros sobre capital próprio	13.483	11.897	–	–
Descontos obtidos	–	–	850	55
	13.719	**12.872**	**19.754**	**20.844**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	–	–	(64.254)	(63.018)
Juros sobre arrendamento	–	–	(4.334)	(6.224)
Despesas bancárias	(4)	(4)	(413)	(441)
Juros incorridos	–	(53)	(1.816)	(1.324)
Outros	(89)	(103)	(125)	(419)
	(93)	**(160)**	**(70.942)**	**(71.426)**
Total	**13.625**	**12.712**	**(51.188)**	**(50.582)**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE

	Consolidado	
Imposto de Renda	**2025**	**2024**
Receita bruta	353.830	459.521
Alíquota	8%	8%
	28.306	**36.762**
Outras receitas, inclusive financeiras.	11.236	12.872
Base de cálculo	**39.542**	**49.634**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(5.931)	(7.445)
Adicional federal de 10%	(3.930)	(3.395)
Imposto apurado	**(9.862)**	**(10.840)**
Contribuição social		
Receita bruta	353.830	459.521
Alíquota	12%	12%
	42.460	**55.143**
Outras receitas, inclusive financeiras.	11.236	12.872
Base de cálculo	**53.696**	**68.015**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(4.833)**	**(6.121)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(14.694)**	**(16.961)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receia total	365.066	472.393
Imposto calculado (IR/CS)	(14.694)	(16.961)
	4,03%	**3,59%**

	Consolidado	
LUCRO REAL	**2025**	**2024**
LUCRO REAL		
IR e CS correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL	333.374	162.458
IR e CSLL - calculado à alíquota de 34%	**(113.347)**	**(55.236)**
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL		
Despesas indedutíveis	1.026	–
Reversão/ Provisão para riscos e passivos contingentes	(50)	(595)
Prejuízo fiscal compensado no exercício	–	–
Outras Adições/exclusões permanentes	37.270	1.403
IR e CSLL corrente	**(75.101)**	**(54.428)**
IR e CS diferido		
Resultado Fiscal do exercício	–	–
Provisão para riscos e passivos contingentes	–	–
Apropriação lucro não realizado nos imobilizados	–	–
Outras Adições/exclusões permanentes	1.525	38.063
Base de Cálculo IR diferido	**1.525**	**38.063**
Alíquota combinada de IR e CS de 34%	(519)	(12.941)
IR e CSLL diferido	**(519)**	**(12.941)**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **22.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas. **22.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**+ 2 anos**
Fornecedores	23.543	–	–
Financiamentos e debentures	77.195	154.390	278.374

22.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **22.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025 a exposição máxima é de R$178.841 no consolidado e R$3.411 na controladora (R$167.589 no consolidado e R$6.891 na controladora em 2024) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **22.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **22.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
Consolidado	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	16.438	3.786	16.438	3.786
Aplicações financeiras	90.840	90.955	90.840	90.955
Contas a receber	69.943	65.727	69.943	65.727
Outras contas a receber	1.619	7.121	1.619	7.121
Total	**178.841**	**167.589**	**178.841**	**167.589**

	Valor contábil		Valor justo	
Consolidado	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Passivos financeiros				
Fornecedores	23.412	17.586	23.412	17.586
Financiamentos e Debêntures	509.959	578.893	509.959	578.893
Outras contas a pagar	145.755	4.461	145.755	4.461
Total	**679.126**	**600.940**	**679.126**	**600.940**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

	2025		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	16.438	–	–
Aplicações financeiras	–	90.840	–
Contas a receber	69.943	–	–
Outras contas a receber	1.619	–	–
Total	**88.001**	**90.840**	–
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	–	23.412
Financiamentos e Debêntures	–	–	509.959
Outras contas a pagar	–	–	145.755
Total	–	–	**679.126**

	2024		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3.786	–	–
Aplicações financeiras	–	90.955	–
Contas a receber	65.727	–	–
Outras contas a receber	7.121	–	–
Total	**76.634**	**90.955**	–
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	–	17.586
Financiamentos e Debêntures	–	–	578.893
Outras contas a pagar	–	–	4.461
Total	–	–	**600.940**

22.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **22.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14,90% (12,15% em 2024) para o CDI e 7,98% (7,43% em 2024) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

				Aumento		Redução	
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	19.754	14,90	2.943	3.679	4.415	2.207	1.472
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(70.942)	7,98%	(5.661)	(7.076)	(8.492)	(4.246)	(2.831)
Resultado financeiro			**(2.718)**	**(3.397)**	**(4.077)**	**(2.038)**	**(1.359)**

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

THADEU LUCIANO MARCONDES PENIDO - Diretor Presidente

CLEITON LAMEIRA FALCI - CRC 1SP252875/O-1 - Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Diretores da **Serveng Energias Renováveis S.A.** - São Paulo/SP.

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Serveng Energias Renováveis S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Serveng Energias Renováveis S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Serveng Energias Renováveis S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1– S - RN

Henrique Herbel de Melo Campos - Contador - CRC 1 SP 181015/O-3 - S - RN

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

ATHENA SAÚDE BRASIL S.A. - CNPJ nº 31.701.408/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Athena Saúde Brasil S.A.: A administração da Athena Saúde Brasil S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os comentários de performance apresentados preservam a comparabilidade dos dados históricos e estão fundamentados nas informações apuradas de acordo com o IFRS 4 e o IFRS 17. A adoção do CPC 50 / IFRS 17 para contratos de seguros, que impacta as operações do Grupo Athena, introduziu mudanças relevantes nas práticas contábeis e na forma de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. A reconciliação de alguns dos principais indicadores financeiros considerados relevantes pela Administração, apurados conforme os requerimentos de ambas as normas, está apresentada ao longo do relatório. **Mensagem da administração:** Os resultados do ano de 2025 refletiram a continuidade das ações de controle de sinistralidade que iniciamos nos últimos 2 anos. Houve o equilíbrio financeiro de contratos através de reajustes negociados, intensificamos a verticalização de serviços de alto custo, implementamos ferramentas tecnológicas que aumentaram os controles de frequência de uso e aprimoramos a rede própria com investimentos em infraestrutura que, não apenas melhoraram a percepção de qualidade por parte dos clientes, como também trouxeram maior eficiência operacional. O ano de 2025 também foi um ano de reconhecimento, com a Athena conquistando o selo Great Place To Work, o 3º lugar no Prêmio Valor Inovação Brasil 2025, Prêmio Inovativos, Selo TOP Performer (UTIs), além de atingir a marca de 9 hospitais com acreditação ONA. O índice de satisfação dos clientes, medido pelo Net Promoter Score ("NPS"), apontou nota média de 70,5 pontos em 2025, demonstrando nossa qualidade de atendimento. Nossa base de beneficiários de planos de saúde e odontologia cresceu em 156,6 mil vidas de 2024 para 2025. Continuamos avaliando oportunidades de investimentos em mercados complementares às regiões em que já atuamos, com o objetivo de fortalecer ainda mais nossa posição, além de explorar novas praças que contribuam para o aumento de escala da operação. Na base IFRS 17, nossa receita líquida atingiu o patamar de R$3,8 bilhões em 2025 com aumento de 6,2% em relação a 2024, impulsionada pelos reajustes de preço nos contratos saúde e crescimento orgânico da base de beneficiários, principalmente do produto odontológico. O EBITDA ajustado em IFRS 17 totalizou R$453,8 milhões no ano, representando crescimento de 8,3% comparado a 2024 e o Lucro Líquido totalizou R$47,7 milhões, atingindo o 1º ano de resultado positivo e apresentando crescimento de R$73,8 milhões versus 2024. Na base IFRS 04, a receita líquida atingiu o patamar de R$3,7 bilhões em 2025 com aumento de 6,7% em relação a 2024. O EBITDA ajustado totalizou R$417,5 milhões no ano, representando crescimento de 14,4% comparado a 2024 e o prejuízo ajustado totalizou R$-8,9 milhões, apresentando evolução positiva de R$33,9 milhões versus 2024. Continuamos confiantes no nosso sólido modelo de negócios, alavancas de geração de valor e otimistas no que diz respeito à melhoria operacional do setor de saúde no próximo ano. Esta confiança advém de um trabalho intenso da companhia para integração das operações adquiridas ao longo dos anos, da verticalização de serviços, da revisão do nosso portfólio de produtos para garantia de contratos mais lucrativos, e do forte controle das nossas despesas médicas e administrativas. **A Athena:** Somos a terceira maior operadora verticalizada de saúde suplementar do país em números de beneficiários, conforme dados da ANS, oferecendo planos de assistência à saúde e à odontologia de forma integrada, contando com uma rede própria de atendimento ampla composta por hospitais, centros médicos e pronto atendimentos. Acreditamos que nosso posicionamento é diferenciado em decorrência de nossa atuação integrada, associada a entrega de qualidade, com marcas reconhecidas como referência na prestação de serviços em toda cadeia operacional do negócio, sempre buscando obter maior eficiência e satisfação dos clientes. Nosso modelo de negócios somado à oportunidade de crescimento no mercado em que atuamos nos transforma, consequentemente, em uma Companhia com alto potencial de expansão. Nossas operadoras de planos de saúde atuam de forma segmentada oferecendo planos empresarial, adesão e individual, com atendimento balanceado entre rede credenciada e rede própria, direcionados nos hospitais, centros médicos e pronto atendimentos do grupo, o que fortalece a capacidade de serviço e percepção de qualidade. Buscamos prestar um serviço de saúde humanizado, de qualidade e a um custo acessível, o que nos permite criar uma carteira de clientes pulverizada nas regiões em que atuamos, diversificada em termos de idade dos beneficiários, gênero, tipos de produto contratados e rentáveis. Nossa estratégia é embasada na busca pela dominância regional, de forma a melhor atender às necessidades de nossos beneficiários, que priorizam o atendimento local, resolutivo e de qualidade. Nossa missão é superar as expectativas dos nossos beneficiários oferecendo a melhor solução de saúde regional. Acreditamos que possuímos atualmente uma das melhores infraestruturas nas regiões onde atuamos. Nossos hospitais são referência em suas localidades e nossa rede de atendimento médico-hospitalar é versátil e resolutiva. Em nossa percepção, a combinação de qualidade na prestação de serviço com a nossa eficiência operacional, por meio de agilidade no atendimento, qualidade técnica e protocolos clínicos eficazes, possibilita a alta performance em todas as nossas frentes de atuação. **Comentários de Desempenho:** Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior, exceto quando especificado, e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações financeiras em virtude das casas decimais. O quadro abaixo apresenta nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para os anos de 2025 e 2024:

Destaques Operacionais	2025	2024	Var. (%)
Beneficiários de Saúde e Odonto (milhares)	1.594,1	1.437,5	10,9%
Beneficiários de Saúde	866,5	869,3	(0,3%)
Beneficiários de Odonto	727,6	568,2	28,1%

Destaques Operacionais	2025	2024	Var. (%)
Rede Própria			
Hospitais	12	12	-
Leitos	1.161	1.168	(0,6%)

(R$ milhões, exceto percentuais)	IFRS 4			IFRS 17		
Destaques Financeiros	**2025**	**2024**	**Var. (%)**	**2025**	**2024**	**Var. (%)**
Receita Líquida	3.683,9	3.453,1	6,7%	3.809,7	3.588,7	6,2%
Sinistralidade - MLR(1)	71,7%	72,5%	-0,7 p.p	81,5%	82,7%	-1,1 p.p
SG&A / ROL	16,9%	17,0%	0,0 p.p	6,3%	5,7%	0,7 p.p
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(18,9)	(42,8)	(55,9%)	47,7	(26,1)	(283,1%)
Margem Líquida	(0,5%)	(1,2%)	0,7 p.p	1,3%	(0,7%)	2,0 p.p
EBITDA(2)	326,9	305,1	7,1%	363,2	359,0	3,7%
Margem EBITDA(3)	8,9%	8,8%	0,0 p.p	9,5%	10,0%	-0,2 p.p
EBITDA Ajustado(4)	417,5	365,0	14,4%	453,8	418,9	10,4%
Margem EBITDA Ajustado(5)	11,3%	10,6%	0,8 p.p	11,9%	11,7%	0,5 p.p
Dívida Bruta(6)	1.105,2	1.076,4	2,7%	1.105,2	1.076,4	2,7%
Caixa Total(7)	603,6	589,3	2,4%	603,6	589,3	2,4%
Caixa Livre	357,3	335,3	6,6%	357,3	335,3	6,6%
Dívida Líquida(8)	747,9	741,1	0,9%	747,9	741,1	0,9%
Ticket Médio Saúde (em R$)	285,4	270,8	5,4%	285,4	270,8	5,4%

(1) Sinistralidade é um índice calculado pela Companhia e refere-se ao custo dos serviços prestados, excluindo-se depreciação, dividido pela receita líquida. Para melhor apresentação, a Companhia adequou o *maping* de algumas contas do exercício de 2023 para demonstrar a evolução do indicador em mesma base comparativa do exercício de 2024. (2) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a instrução CVM nº 527/12. O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização. (3) Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida da Companhia. (4) EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA, pela receita financeira oriunda do caixa restrito (receita de juros de aplicações financeiras vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela ANS), pelas despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, pelas despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia (stock option) e ajustes caracterizados por eventos não recorrentes. (5) Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia. (6) Dívida Bruta resulta do somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), contas a pagar - aquisição de empresas *(Sellers Finance)* e parcelamentos de tributos. (7) Caixa Total resulta do somatório de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante). (8) Dívida Líquida consiste na Dívida Bruta deduzida do Caixa Livre da Companhia.

Receita Líquida: A Receita Líquida consolidada, em base IFRS 4, teve crescimento de 6,7% de 2024 para 2025, passando de R$3,5 bilhões para R$3,7 bilhões. O aumento foi impulsionado pelos reajustes de preço da base de beneficiários saúde e crescimento orgânico da base de beneficiários de planos odontológicos. Em IFRS 17, atingiu R$3,8 bilhões em 2025 com aumento de 6,2% em relação a 2024. **Sinistralidade (MLR):** A Sinistralidade (MLR) é o indicador que acreditamos ser o mais adequado para avaliação da rentabilidade dos serviços prestados pela companhia. Nossa Sinistralidade em 2025, considerando o IFRS 4, foi de 71,7%, apresentando uma redução de -0.8 p.p versus o praticado no ano anterior e demonstrando consistência no controle de custos, através das verticalizações dos serviços de alta complexidade ou alta frequência e da manutenção dos reajustes em contratos corporativos (12%). A proxy desse indicador em IFRS 17, aponta para 81,5% em 2025, com uma redução de 1.1 p.p versus 2024 (82,7%). **EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado:** Nossa disciplina financeira garantiu o controle das despesas comerciais, gerais e administrativas ajustadas (SG&A), mantendo o patamar em 16,9% da receita líquida em 2025 (base IFRS 4), em linha com o realizado no ano anterior. Em IFRS 17, o SG&A representou 6,3% da receita líquida, versus 5,7% em 2024. O EBITDA de 2025 em IFRS 4 foi de R$326,9 milhões, o que representa uma Margem EBITDA de 8,9%, e um aumento de R$21,8 milhões (+7,1%) em relação ao ano anterior. O EBITDA Ajustado foi de R$417,5 milhões em 2025, com margem de 11,3%. Este resultado representa um aumento de R$52,5 milhões versus o 2024 e um crescimento de 14,4%.

Na base IFRS 17, apresentamos um EBITDA de R$363,2 milhões e EBITDA Ajustado de R$453,8 milhões, com margens de 9,5% e 11,9%, respectivamente. Na tabela abaixo apresentamos a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, para os anos de 2024 e 2025:

(R$ milhões, exceto percentuais)	IFRS 4			IFRS 17		
Reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado	**2025**	**2024**	**Var. (%)**	**2025**	**2024**	**Var. (%)**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(18,9)	(42,8)	(55,9%)	47,7	(26,1)	(2,8)
(+) Resultado financeiro	136,7	139,4	(2,0%)	140,7	229,2	(0,4)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	54,1	63,2	(14,4%)	88,4	71,8	0,2
(+) Depreciação e amortização	155,1	145,2	6,8%	86,5	84,0	0,1
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	(0,1)	0,1	(197,6%)	(0,1)	0,1	(2,0)
EBITDA	**326,9**	**305,1**	**7,1%**	**363,2**	**359,0**	**3,7%**
Margem EBITDA	***8,9%***	***8,8%***	**0,0 p.p**	***9,5%***	***9,4%***	**0,3 p.p**
(+) Receita Financeira - ANS(1)	35,3	31,6	11,7%	35,3	31,6	0,1
(-) Despesas com fusões e aquisições (M&A)(2)	4,1	3,8	7,0%	4,1	3,8	0,1
(-) Stock Options(3)	16,3	0,9	1620,9%	16,3	0,9	16,2
(-) Despesa com Impairment	10,0	-	-	10,0	-	-
(-) Despesas não recorrentes(4)	24,9	23,5	6,2%	24,9	23,5	0,1
EBITDA Ajustado	**417,5**	**365,0**	**14,4%**	**453,8**	**418,9**	**10,5%**
Margem EBITDA Ajustado	***11,3%***	***10,6%***	**0,8 p.p**	***11,9%***	***11,0%***	**1,1 p.p**

(1) Juros decorrente das aplicações financeiras restritas que são vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). (2) Despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, tais como despesas com due dilligence, com advogados para estruturação da combinação de negócios e fees honorários de bancos. (3) Despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos planos de opções de compra de ações da Companhia. (4) Ajustes caracterizados por eventos não recorrentes, ou seja, pontuais que acontecem no resultado da Companhia, tais como despesas referentes ao desenvolvimento da tese de negócios da Companhia, como consultoria com análises de viabilidade, assessoria jurídica, assessoria tributária e consultoria estratégica.

Resultado do exercício proforma: O Prejuízo Proforma em 2025 foi de R$-8,9 milhões, representando uma melhora de R$+33,9 milhões versus 2024, atrelada ao crescimento do resultado operacional (+R$52,5 milhões de EBITDA Ajustado comparado ao ano anterior), mas ainda prejudicado pela alta taxa de juros no ano. O resultado contábil foi afetado principalmente pelo evento não recorrente de baixa de impairment no Hospital Alagoinhas. Em IFRS 17, a companhia apresenta pelo 1º ano, um Lucro Líquido Ajustado positivo de R$57,7 milhões, com crescimento de +R$83,8 milhões versus 2024, indicando a qualidade da carteira de beneficiários no longo prazo.

(R$ milhões, exceto percentuais)	IFRS 4			IFRS 17		
Lucro Líquido / (Prejuízo) Proforma	**2025**	**2024**	**Var. (%)**	**2025**	**2024**	**Var. (%)**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(18,9)	(42,8)	(55,9%)	47,7	(26,1)	(283,1%)
(+) Impairment	10,0	-	-	10,0	-	-
Lucro Líquido / (Preuízo) Proforma	**(8,9)**	**(42,8)**	**(79,2%)**	**57,7**	**(26,1)**	**(321,5%)**

Endividamento: Nossa dívida bruta total com base em IFRS 4 se manteve em R$1,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025, tendo como principal instrumento a 4ª emissão de debêntures realizada em outubro de 2025 no valor de R$1.000,0 milhões, com o objetivo de reperfilamento da dívida e manutenção do capital de giro. A 3ª emissão de debêntures emitidas em agosto de 2024 foi totalmente liquidada de forma antecipada em outubro de 2025. Encerramos o ano com uma posição de Caixa Total de R$603,6 milhões, sendo R$357,3 milhões de caixa livre, perfazendo uma Dívida Líquida de R$747,9,3 milhões e atingindo um índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA) de 2,6x em dezembro de 2025, seguindo os critérios de DL e EBITDA da escritura da 4ª emissão de debêntures. A partir de 1° de janeiro de 2023, a Companhia passou a adotar o CPC 50 / IFRS 17 que trouxe mudanças nas práticas contábeis da Companhia, o detalhamento das dessas práticas estão apresentados na nota explicativa n° 2.7. **Declaração da Diretoria Estatutária:** Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), emitido em 26 de fevereiro de 2026, e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**24**	26.274	**121.986**	322.926
Aplicações financeiras	5	**110.143**	-	**481.590**	266.362
Contas a receber	6	**-**	-	**337.761**	293.738
Ativos de contratos de seguro	14	**-**	-	**125.000**	24.904
Estoques	7	**-**	-	**62.746**	65.127
Tributos a recuperar	8	**105**	95	**121.266**	157.466
Adiantamentos a fornecedores		**-**	70	**34.397**	10.081
Partes relacionadas	20	**4.547**	4.547	**-**	-
Despesas antecipadas		**240**	247	**42.593**	17.320
Garantia de reembolso de contingências - Ativo indenizatório	9	**-**	-	**2.993**	-
Outros ativos		**6**	6	**9.426**	11.697
Total do ativo circulante		**115.065**	31.239	**1.339.758**	1.169.621
Não circulante					
Contas a receber		**-**	-	**-**	9.264
Ativos de contratos de seguro	14	**-**	-	**94.381**	95.704
Garantia de reembolso de contingências - Ativo indenizatório	9	**9.163**	8.125	**132.289**	141.937
Despesas antecipadas		**-**	-	**-**	34
Partes relacionadas	20	**-**	-	**-**	69.138
Ativos fiscais diferidos	28.1	**42.697**	32.703	**205.626**	233.301
Tributos a recuperar	8	**10.126**	17.753	**10.900**	17.825
Depósitos judiciais	21	**60**	60	**110.377**	88.345
Outros ativos		**-**	-	**9.818**	10.539
Investimentos	10	**2.641.155**	2.666.516	**2.855**	2.858
Imobilizado	11	**1.315**	1.360	**747.738**	703.130
Intangível	13	**154.083**	154.470	**1.528.957**	1.567.297
Total do ativo não circulante		**2.858.599**	2.880.987	**2.842.941**	2.939.372
Total do ativo		**2.973.664**	2.912.226	**4.182.699**	4.108.993

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores		**99**	18	**118.672**	104.593
Passivo de arrendamento	12	**-**	-	**42.776**	33.169
Provisões técnicas (ANS)		**-**	-	**1.538**	1.487
Passivos de contratos de seguro	14	**-**	-	**102.852**	104.169
Empréstimos e financiamentos	15	**17.869**	22.125	**17.875**	22.343
Dividendos a pagar		**-**	-	**3.394**	3.043
Obrigações sociais e trabalhistas	16	**-**	-	**120.687**	123.991
Obrigações tributárias	17	**384**	44	**137.912**	165.953
Contas a pagar - Aquisição de empresas	19	**-**	-	**44.714**	63.841
Parcelamentos de tributos	18	**-**	-	**10.032**	10.082
Outros passivos		**1.127**	1.132	**9.793**	16.536
Total do passivo circulante		**19.479**	23.319	**610.245**	649.207
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	**961.234**	889.341	**961.234**	889.347
Passivo de arrendamento	12	**-**	-	**269.455**	236.000
Passivos fiscais diferidos	28.1	**-**	-	**109.143**	74.896
Parcelamentos de tributos	18	**-**	-	**31.072**	38.506
Contas a pagar - Aquisição de empresas	19	**-**	-	**40.319**	52.274
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	**2.743**	3.239	**154.045**	151.288
Obrigações tributárias	17	**-**	-	**4.752**	5.573
Outros passivos		**900**	1.801	**6.044**	10.109
Total do passivo não circulante		**964.877**	894.381	**1.576.064**	1.457.993
Total do passivo		**984.356**	917.700	**2.186.309**	2.107.200
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	**1.562.173**	1.562.133	**1.562.173**	1.562.133
Ações em tesouraria	22.2	**(7.101)**	(6.980)	**(7.101)**	(6.980)
Reserva de capital	22.3	**364.799**	364.799	**364.799**	364.799
Transação de capital	22.4	**209.968**	278.475	**209.968**	278.475
Pagamentos baseado em ações	30	**114.574**	85.865	**114.574**	85.865
Prejuízos acumulados		**(255.105)**	(289.766)	**(255.105)**	(289.766)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora		**1.989.308**	1.994.526	**1.989.308**	1.994.526
Participação de não controladores		**-**	-	**7.082**	7.267
Total do patrimônio líquido		**1.989.308**	1.994.526	**1.996.390**	2.001.793
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.973.664**	2.912.226	**4.182.699**	4.108.993

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Transações de capital	Pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível à controladora	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.559.797	(6.362)	364.799	282.109	69.366	(263.461)	2.006.248	5.871	2.012.119
Integralização de capital (Nota 1.1)	2.336	(618)	-	-	-	-	1.718	-	1.718
Efeitos de transações entre sócios (Nota 22.4)	-	-	-	(3.634)	-	-	(3.634)	1.152	(2.482)
Remuneração com base em ações (Nota 30)	-	-	-	-	16.499	-	16.499	-	16.499
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(26.305)	(26.305)	244	(26.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.562.133	(6.980)	364.799	278.475	85.865	(289.766)	1.994.526	7.267	2.001.793
Integralização de capital (Nota 1.1)	**40**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**40**	**-**	**40**
Aquisição de ações em tesouraria	**-**	**(121)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(121)**	**-**	**(121)**
Efeitos de transações entre sócios (Nota 22.4)	**-**	**-**	**-**	**(68.507)**	**-**	**-**	**(68.507)**	**(787)**	**(69.294)**
Remuneração com base em ações (Nota 30)	**-**	**-**	**-**	**-**	**28.709**	**(12.456)**	**16.253**	**-**	**16.253**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**47.117**	**47.117**	**602**	**47.719**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.562.173**	**(7.101)**	**364.799**	**209.968**	**114.574**	**(255.105)**	**1.989.308**	**7.082**	**1.996.390**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas	**924**	900	**3.934.377**	3.712.093
Prestação de serviços	**-**	-	**878.630**	870.214
Resultado de contratos de seguro	**-**	-	**3.076.164**	2.860.641
Outras receitas	**924**	900	**23.828**	14.770
Provisão para perda esperada de crédito	**-**	-	**(44.245)**	(33.532)
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.610)**	(3.635)	**(3.111.769)**	(2.927.270)
Custo dos serviços prestados	**-**	-	**(377.750)**	(306.395)
Despesas de contrato de seguro	**-**	-	**(2.351.614)**	(2.292.225)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(5.148)**	(4.466)	**(385.986)**	(346.891)
Perda / Recuperação de valores ativos	**-**	-	**(10.000)**	-
Outras	**1.538**	831	**13.581**	18.241
Valor adicionado bruto	**(2.686)**	(2.735)	**822.608**	784.823
Depreciação, amortização e exaustão	**(687)**	(2.252)	**(86.528)**	(85.394)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(3.373)**	(4.987)	**736.080**	699.429
Valor adicionado recebido em transferência	**202.953**	127.558	**97.315**	94.697
Resultado de equivalência patrimonial	**199.355**	106.231	**83**	(85)
Receitas financeiras	**3.598**	21.327	**102.465**	93.466
Outros	**-**	-	**(5.233)**	1.316

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Valor adicionado total a distribuir	**199.580**	122.571	**833.395**	794.126
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**28.709**	952	**250.351**	231.614
Remuneração direta	**28.709**	944	**212.875**	193.156
Benefícios	**-**	8	**24.834**	25.030
FGTS	**-**	-	**12.642**	13.428
Impostos, taxas e contribuições	**(9.679)**	(857)	**289.303**	263.135
Federais	**(9.679)**	(903)	**201.984**	176.438
Estaduais	**-**	46	**428**	330
Municipais	**-**	-	**86.891**	86.367
Remuneração de capital de terceiros	**133.433**	148.781	**246.022**	325.438
Juros	**133.433**	148.781	**243.165**	322.671
Aluguéis	**-**	-	**2.857**	2.767
Remuneração de capitais próprios	**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**47.117**	(26.305)	**47.117**	(26.305)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	**-**	-	**602**	244
Valor adicionado distribuído	**199.580**	122.571	**833.395**	794.126

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

Receita	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida de serviços	23	**-**	-	**733.536**	728.039
Receita de seguros	24	**-**	-	**3.076.164**	2.860.641
Custos					
Custo dos serviços prestados	25	**-**	-	**(753.923)**	(674.135)
Despesas de seguro	26	**-**	-	**(2.351.614)**	(2.292.225)
Lucro bruto		**-**	-	**704.163**	622.320
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	25	**-**	(249)	**(27.559)**	(24.776)
Gerais e administrativas	25	**(34.592)**	(7.468)	**(424.960)**	(350.241)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**199.355**	106.230	**83**	(85)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	**2.193**	1.549	**25.114**	27.768
Total		**166.956**	100.062	**(427.322)**	(347.334)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**166.956**	100.062	**276.841**	274.986
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	27	**3.599**	21.327	**175.265**	150.040
Despesas financeiras	27	**(133.433)**	(148.781)	**(315.967)**	(379.247)
Total		**(129.834)**	(127.454)	**(140.702)**	(229.207)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**37.122**	(27.392)	**136.139**	45.779
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	28	**-**	-	**(26.432)**	(26.478)
Diferido	28	**9.995**	1.087	**(61.988)**	(45.362)
Total		**9.995**	1.087	**(88.420)**	(71.840)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		**47.117**	(26.305)	**47.117**	(26.305)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		**-**	-	**602**	244
Resultado básico por ação		**0,1122**	(0,0626)	**0,1122**	(0,0620)
Resultado diluído por ação		**0,1080**	(0,0626)	**0,1080**	(0,0620)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Atribuível a				
Acionistas controladores	**47.117**	(26.305)	**47.117**	(26.305)
Acionistas não controladores	**-**	-	**602**	244

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Resultado lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**37.122**	(27.392)	**136.139**	45.779
Ajustes para reconciliar resultado:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(199.355)**	(106.230)	**-**	85
Provisão para perda esperada de crédito	**-**	-	**53.691**	(48.768)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	**(1.535)**	(831)	**(14.133)**	(11.551)
Baixas de imobilizado e intangível	**-**	-	**2.362**	9.842
Baixa de passivo de arrendamento	**-**	-	**(587)**	(11.360)
Depreciação e amortização	**687**	2.254	**155.112**	145.191
Juros e variações monetárias líquidas	**132.651**	148.192	**152.996**	198.118
Redução ao valor recuperável - Ágio	**-**	-	**10.000**	-
Pagamento baseado em ações	**28.709**	944	**16.253**	944
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber	**-**	-	**(88.450)**	31.562
Ativos de contratos de seguro	**-**	-	**(98.773)**	(69.428)
Estoques	**-**	-	**2.381**	(1.415)
Tributos a recuperar	**7.618**	(4.061)	**43.125**	(48.255)
Adiantamentos a fornecedores	**70**	60	**(24.316)**	10.119
Despesas antecipadas	**6**	-	**(25.239)**	(2.159)
Outros ativos	**-**	-	**2.996**	(1.413)
Depósitos judiciais	**-**	22	**(22.032)**	(11.786)
Garantia de reembolso de contingência - Ativo indenizatório	**(121)**	(618)	**4.588**	7.290
Fornecedores	**82**	17	**14.079**	5.970
Provisões técnicas (ANS)	**-**	-	**51**	(2.401)
Passivo de seguros	**-**	-	**(1.317)**	37.347
Obrigações sociais e trabalhistas	**-**	-	**(3.304)**	(725)
Obrigações tributárias	**340**	(71)	**(21.149)**	68.458
Outros passivos	**(907)**	(903)	**(10.223)**	7.304
Caixa gerado pelas operações	**5.367**	11.383	**284.250**	358.748
Pagamento de parcelamentos de impostos	**-**	-	**(7.589)**	(7.874)
Juros pagos de parcelamentos de impostos	**-**	-	**(3.386)**	(3.232)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**(34.040)**	(47.983)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.367**	11.383	**239.235**	299.659
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Integralização de capital em controlada	**-**	(40.500)	**-**	-
Obrigações pagas por aquisição de investimento	**-**	(2.801)	**(28.280)**	(23.473)
Aplicações financeiras	**(110.143)**	-	**(179.927)**	40.756
Aquisição de im

continuação...

nos quais a Companhia e suas controladas devem identificar qual o melhor modelo contábil de acordo com sua carteira de produtos, bem como, levar em consideração seus respectivos critérios específicos. A IFRS 17 estabelece três modelos de mensuração, conforme descritos abaixo: Modelo Geral (Building Block Approach - BBA) do CPC 50 / IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Companhia aplica o modelo geral para os contratos dos Produtos do tipo Individual/Familiar (Pessoa Física - PF). O BBA mede um grupo de contratos de seguro como o total de: Fluxos de caixa de cumprimento (fluxos de caixa de entrada e saída necessários para o cumprimento dos direitos contratuais da companhia de receber recursos dos contratantes e das obrigações contratuais da Companhia frente aos segurados/beneficiários); e a Margem de Serviço Contratual (Contractual Service Margin - CSM) que é o componente do ativo ou passivo para o grupo de contratos que represente o lucro não auferido que a entidade deve reconhecer conforme presta a cobertura de seguro no futuro. Além do Modelo Geral, o CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Prêmio (Premium Allocation Approach - PPA). Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com limite contratual de até um ano ou que essa simplificação produza a mensuração do passivo para cobertura remanescente do passivo para cobertura remanescente para o grupo similar daqueles que tenham uma mensuração ao Modelo Geral. O Grupo Athena aplica o modelo PAA para os grupos de contratos de Produtos Coletivos por Adesão e Coletivo Empresarial (Pessoa Jurídica). A Companhia mensura o passivo pela cobertura remanescente como os prêmios, se houver, recebidos no reconhecimento inicial, menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro naquela data, mais ou menos qualquer valor decorrente do desreconhecimento na data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa de aquisição de seguro que a Companhia paga ou recebe antes do grupo de contratos ser reconhecido. A Companhia não mensurou contratos pelo Modelo de Taxa Variável (Variable Fee Approach - VFA), pois está é uma variação do Modelo de Mensuração Geral (BBA), que adere aos mesmos princípios, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração da margem de serviço contratual (Contractual Service Margin - CSM). O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Considerando que após análise dos contratos e produtos, não há quaisquer indícios que observem este tipo de relação. **(g) Estimativas de fluxos de caixa futuros:** Segundo o CPC 50 / IFRS 17, o fluxo de caixa futuro será tratado como uma estimativa, impactando diretamente na mensuração do reconhecimento inicial dos contratos de seguro. A Companhia incluirá na mensuração de um grupo de contratos de seguro todas as entradas e saídas esperadas dentro do limite contratual de cada grupo de contratos. Desta forma, a Companhia pode estimar os fluxos de caixa futuros a um nível de agregação mais elevado e então alocar os fluxos de caixa de cumprimento resultantes a grupos de contratos individuais. A Athena entende que os seguintes fluxos de caixa estão dentro do escopo do contrato de seguro:

Item	Premissas
Contraprestações	Cancelamento
	Mortalidade
	Reajustes
	Reenquadramento etário
	Inadimplência
Eventos a ocorrer	VCMH
	Sinistralidade
Comissões	Percentual de comissões
Impostos	Percentual de impostos (PIS/COFINS)
Despesas	Percentual de despesas com pessoal
	Percentual de despesas com serviços de terceiros
	Percentual de tributos e taxas
	Percentual de outras despesas
PEONA	Fator de desenvolvimento
	Padrão de pagamento
PESL	Custo Valorizado
	Padrão de pagamento
	Glosa
PDR	Percentual de despesas relacionadas

Adicionalmente, a Companhia deve realizar a projeção dos fluxos de caixa de modo que seja possível que o valor contábil do grupo de contratos de seguro no fim de cada período possa ser segregado entre: passivo para cobertura remanescente compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de seguro futuras alocados ao grupo nessa data e o passivo para sinistros ocorridos, compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de seguro passadas alocados ao grupo nessa data. Passivo para cobertura remanescente (Liability for remaining coverage - LRC) é a obrigação da Companhia de pagar sinistros válidos de acordo com contratos de seguro existentes para eventos segurados que ainda não ocorreram (ou seja, a obrigação que se refere à parcela não vencida do período de cobertura).Também abrange pagamentos relativos a: Serviços e cobertura de contratos de seguro que ainda não foram prestados, e quaisquer componentes de investimento ou outros valores que não são relacionados com os serviços de cobertura de contratos de seguro e não foram transferidos para o passivo de sinistro ocorrido. Passivo de sinistro ocorrido (Liability for incurred claims - LIC) é a obrigação da Companhia de pagar sinistros válidos para eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais os sinistros não foram avisados, e outras despesas de seguro incorridas. Também abrange o pagamento de valores não abrangidos no parágrafo anterior, mas que seja relativo a: Serviços e cobertura de contratos de seguro que já foram prestados, e quaisquer componentes de investimento ou outros valores que não são relacionados com os serviços de cobertura de contratos de seguro e não estão alocados no passivo de cobertura remanescente. **(h) Taxas de desconto:** Conforme determina a norma, a Companhia deve ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: Top-Down ou Bottom-Up. Na metodologia Top-Down, a taxa de desconto deve ser baseada na curva de rendimento implícito que reflete as taxas correntes de mercado na mensuração do valor justo de carteira de referência de ativos. A norma não especifica restrições na carteira de referência de ativos. Já na metodologia Bottom-Up, a taxa de desconto deve refletir a curva de juros, na moeda (ou indexador) apropriado para instrumentos que coloquem os detentores a um risco de crédito nulo ou insignificante, ajustado para refletir as características de liquidez do grupo de contratos de seguro. Esse ajuste deve refletir a diferença entre as características de liquidez do grupo de contratos de seguro e as características de liquidez dos ativos utilizados para determinar a curva de desconto. A taxa de desconto utilizada pelo Grupo Athena para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*. O cálculo da Taxa de Desconto foi realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ IPCA, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro. **(i) Ajuste de risco (Risk Adjustment - RA):** O ajuste ao risco não financeiro é um ajuste sobre os fluxos de caixa projetados que reflete a compensação que a entidade exige por arcar com a incerteza em relação ao montante e prazo dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros inerentes ao contrato de seguro. Para o cálculo foi adotada a abordagem estocástica, por metodologia da distribuição de probabilidade observando o excesso do valor em risco no 60% percentil (nível de confiança alvo). Para o LIC, a metodologia de *Bootstrapping* aplicada sobre o método de Chain Ladder, que permite aproximar a distribuição das perdas esperadas pela distribuição empírica dos dados baseado em uma amostra de resultados possíveis de tamanho finita, geradas através de simulação de Monte Carlo. Essa abordagem é baseada no conceito de reamostragem aleatória de resíduos, permitindo a geração de triângulos alternativos baseados nos dados do triângulo de desenvolvimento original. Para o LRC, a companhia utiliza de uma estrutura de simulação estocástica do teste de adequação de passivo para o cálculo do Risk Adjustment por meio de um processo de Monte Carlo. **(j) Reconhecimento:** Alocação da margem contratual de serviço (CSM): A Margem de Serviços Contratual é uma parcela do Passivo de Cobertura Remanescente que representa o lucro não ganho que a Companhia irá reconhecer na medida em que irá oferecer cobertura e outros serviços no âmbito do contrato de seguro. A avaliação da CSM no reconhecimento inicial, com exceção de contratos onerosos, é definida a partir do resultado decorrente: do montante dos fluxos de caixa de cumprimento no reconhecimento inicial, quaisquer fluxos de caixa decorrentes do grupo de contratos de seguro no reconhecimento inicial, o desconhecimento, no reconhecimento inicial, de qualquer ativo de custo de aquisição reconhecido anteriormente ao reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro, e quaisquer outros ativos e passivos reconhecidos anteriormente ao reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro. A entidade deve reconhecer a CSM ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que a CSM só é mensurada para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos de produtos Individual/Familiar (PF - pessoa física) mensuram a CSM. O Grupo Athena aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada portifólio. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação da CSM são determinadas com base nos fluxos de entrada pelo número de segurados expostos e sua projeção pelas premissas de mortalidade como medida de esgotamento do fluxo. Os juros sobre a CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial. Receitas de seguros - Contratos calculados por BBA: O Grupo Athena reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir: • As despesas com serviços de seguros esperadas o período; • As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro; • O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e • Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver. Além disso, o Grupo Athena aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros. Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período. Despesas de seguros: As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: • Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período; • Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados); • Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período; • Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros; • Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e • Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam a CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos. Receitas e despesas financeiras de seguros: As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia reconhece na DRE, o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatidade nos resultados do período. **(k) Transição:** A norma determina que o IFRS 17 deve ser aplicado retrospectivamente como se sempre fosse aplicada, desde o reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguro, com aplicação de cálculos retrospectivos em datas anteriores e movimentações de saldos até a data de transição. Entretanto, a IFRS 17 entende que podem existir limitações para essa aplicação completa da norma retrospectivamente, desta forma, quando a aplicação da norma for impraticável, a companhia poderá aplicar outros tipos de abordagem de transição, são elas: abordagem retrospectiva completa, abordagem retrospectiva modificada e abordagem de valor justo. O Grupo Athena aplica a Abordagem Retrospectiva Modificada para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2021. **(l) Apresentação:** Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento. **2.8 Ágio na aquisição de investimentos societários:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("*impairment*"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. **2.9 Classificação circulante e não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.10 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins. **2.11 Aplicações financeiras:** Trata-se de fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor das respectivas provisões técnicas, além de aplicações financeiras em fundos de investimento com rentabilidade variável. Por conta dessas características não compõem o grupo contábil de caixa e equivalentes de caixa referidos no item anterior. **2.12 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **2.13 Imobilizado:** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) aplicadas para o exercício de 2024 e saldos correspondentes:

Computadores e periféricos	27% ao ano
Benfeitorias	12% ao ano
Edificações	3% ao ano
Máquinas e equipamentos	21% ao ano
Móveis e utensílios	12% ao ano
Veículos	36% ao ano
Ativo de direito de uso	13% ao ano

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.14 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) aplicadas para o exercício de 2024 e saldos correspondentes:

Marca com vida útil definida	5% ao ano
Carteira de clientes	11% ao ano
Software e outros	10% ao ano

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. **2.15 Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros", na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **2.16 Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóveis operacionais, softwares e máquinas: 1 a 20 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 10 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.17 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. A inflação é aplicada para os fluxos de caixa futuros após o último período explícito, que varia entre 6 e 11 anos. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Os estudos de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indefinida foram realizados na data-base 31 de dezembro de 2025, considerando os ativos individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, o resultado dos testes não indicou necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos. Em 31 de dezembro o Grupo avaliou a existência de fatos ou circunstância que tenham sido substancialmente alterados, não requerendo um novo teste após análise da Administração. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **2.18 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas eram: Aplicações financeiras, Contas a receber, Adiantamento a fornecedores, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Parcelamentos de impostos, Contas a pagar - aquisição de empresas os quais foram classificados como custo amortizado. A Companhia e suas controladas avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 360 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia rece

continuação...

7. ESTOQUES:

	Consolidado 2025	2024
Medicamentos	**33.131**	23.729
Materiais hospitalares	**17.580**	25.727
Materiais de laboratório	**1.264**	873
Materiais de higiene e limpeza	**828**	672
Almoxarifado	**6.548**	8.474
Outros materiais	**3.395**	5.652
	62.746	65.127

8. TRIBUTOS A RECUPERAR:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
PIS e COFINS a recuperar	**-**	-	**25.493**	24.683
Imposto de renda e contribuição social (i)	**10.125**	17.753	**92.595**	134.243
INSS a recuperar	**-**	-	**4.574**	5.960
ISS a recuperar	**-**	-	**4.291**	5.108
Outros impostos	**106**	95	**5.213**	5.297
	10.231	17.848	**132.166**	175.291
Circulante	**105**	95	**121.266**	157.466
Não circulante	**10.126**	17.753	**10.900**	17.825

(i) Substancialmente representado pelo imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras na controladora. Com relação aos saldos consolidados, representado por antecipações no pagamento de imposto de renda e contribuição social que serão objeto de compensações no próximo exercício.

9. GARANTIA DE REEMBOLSO DE CONTINGÊNCIAS - ATIVO INDENIZATÓRIO:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Garantia de reembolso de contingências - GMI	**-**	-	**1.834**	1.771
Garantia de reembolso de contingências - VAH	**-**	-	**31.026**	30.029
Garantia de reembolso de contingências - SAMP	**-**	-	**8.521**	9.816
Garantia de reembolso de contingências - Multivida	**-**	-	**3.774**	4.780
Garantia de reembolso de contingências - Unihosp	**7.374**	6.093	**17.659**	17.739
Garantia de reembolso de contingências - CMM	**-**	-	**8.279**	11.042
Garantia de reembolso de contingências - HCN	**420**	433	**11.363**	11.858
Garantia de reembolso de contingências - Humana Sul	**220**	223	**2.177**	2.283
Garantia de reembolso de contingências - Sempre Vida	**-**	-	**2.124**	5.515
Garantia de reembolso de contingências - HCA	**1.149**	1.345	**19.809**	21.842
Garantia de reembolso de contingências - HSM	**-**	31	**-**	114
Garantia de reembolso de contingências - GSB	**-**	-	**27.159**	25.063
Garantia de reembolso de contingências - Janela Lúdica	**-**	-	**1.202**	85
Garantia de reembolso de contingências - UTIN	**-**	-	**17**	-
Garantia de reembolso de contingências - CAONC	**-**	-	**338**	-
	9.163	8.125	**135.282**	141.937
Circulante	**-**	-	**2.993**	-
Não circulante	**9.163**	8.125	**132.289**	141.937

9.1 Movimentação da garantia de reembolso de contingências "GRC" - Ativo indenizatório: O saldo de garantia de reembolso de contingências - ativo indenizatório no consolidado é originado pela composição acima. Os riscos legais da Companhia e de suas controladas na combinação de negócios são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia e suas controladas relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.661	127.810
Movimentação de valor (Adição)	1.070	21.848
Movimentação de valor (Baixa)	(239)	(10.028)
Compensação entre GRC e contas a pagar - Aquisição de empresas (Nota 19)	-	(993)
Recebimento de indenizações	-	(7.908)
Atualização de provisão para demandas judiciais (Nota 21.1)	(367)	11.208
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**8.125**	**141.937**
Movimentação de valor (Adição)	**1.990**	**24.454**
Movimentação de valor (Baixa)	**(456)**	**(5.648)**
Compensação entre GRC e contas a pagar - Aquisição de empresas (Nota 19)	**-**	**(18.568)**
Recebimento de indenizações	**121**	**(4.588)**
Recebimento via alienação de ações	**(121)**	**(121)**
Atualização de provisão para demandas judiciais (Nota 21.1)	**(496)**	**(2.184)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**9.163**	**135.282**

10. INVESTIMENTOS:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o seguinte saldo de investimento:

	Participação direta	Controladora 2025	2024
Athena Healthcare Holding S.A.	100%	**2.584.713**	2.607.505
Hospital das Clínicas de Alagoinhas Ltda. (Nota 1.2)	0,89%	**5.730**	6.166
Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. (Nota 1.2)	2,33%	**2.970**	2.813
Humana Saúde Sul Ltda. (Nota 1.2)	0,12%	**266**	257
Humana Assistência Médica Ltda. (Nota 1.2)	0,01%	**19**	14
SAMP - Espírito Santo Assistência Médica Ltda. (Nota 1.2)	6,02%	**37.050**	38.873
São Bernardo Apart Hospital S.A. (Nota 1.2)	6,53%	**10.407**	10.888
		2.641.155	2.666.516

Composição do saldo de investimento:

	2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	2025 Outras (a)	2025	Investimento	Ágio por rentabilidade futura
Athena Healthcare	2.607.505	**(133.000)**	**191.311**	**(81.103)**	**2.584.713**	**2.584.713**	-
HCA	6.166	**-**	**(193)**	**(243)**	**5.730**	**811**	**4.919**
HBSM	2.813	**-**	**(171)**	**328**	**2.970**	**2.970**	**-**
Humana Saúde Sul	257	**(1)**	**10**	**-**	**266**	**266**	**-**
Humana Assistência	14	**-**	**-**	**5**	**19**	**19**	**-**
SAMP	38.873	**(8.720)**	**6.900**	**(3)**	**37.050**	**37.050**	**-**
São Bernardo Apart.	10.888	**(1.999)**	**1.498**	**20**	**10.407**	**10.407**	**-**
	2.666.516	**(143.720)**	**199.355**	**(80.996)**	**2.641.155**	**2.636.236**	**4.919**

Controladora

	2023	Incorporações	Dividendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2024	Investimento	Ágio por rentabilidade futura
Athena Healthcare	2.465.617	-	-	40.500	99.990	1.398	2.607.505	2.607.505	-
HCA	8.061	-	-	-	5	(1.900)	6.166	1.247	4.919
HBSM	2.709	-	-	-	58	46	2.813	2.813	-
Humana Saúde Sul	258	-	-	-	(1)	-	257	257	-
Humana Assistência	14	-	-	-	-	-	14	14	-
SAMES	19.648	(19.991)	-	-	343	-	-	-	-
SAMP	19.838	-	(2.853)	-	5.229	16.659	38.873	38.873	-
São Bernardo Apart.	7.690	-	-	-	606	2.592	10.888	10.888	-
	2.523.835	(19.991)	(2.853)	40.500	106.230	18.795	2.666.516	2.661.597	4.919

(a) No exercício de 2025 substancialmente representado por R$68.507 relacionado a transações de capital (Nota 22.4) e os ajustes de pagamentos baseados em ações R$12.456 dos ajustes de Stock Options (Nota 26). Adicionalmente, o saldo também corresponde a amortização de mais-valia e transações de capital no patrimônio da controlada.

Informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

As informações financeiras consolidadas resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação são as seguintes:

Empresas	2025 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	2024 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
ASG	**-**	**-**	**-**	**-**	74.266	143	74.123	(837)
Athena Healthcare	**2.737.863**	**153.150**	**2.584.713**	**191.311**	2.758.076	150.571	2.607.505	83.246
CSSB	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	8.735
CMM	**105.561**	**27.258**	**78.303**	**20.137**	85.247	33.138	52.109	6.234
HBSM	**255.136**	**127.491**	**127.645**	**(7.130)**	239.521	122.315	117.206	1.988
HCA	**71.499**	**23.559**	**47.940**	**(13.523)**	77.364	26.177	51.187	(3.499)
HMCR	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	1.474
Med Imagem	**811.029**	**94.306**	**716.723**	**2.489**	881.998	167.436	714.562	(4.733)
Santa Maria	**118.196**	**43.282**	**74.914**	**11.541**	112.562	57.726	54.836	(15.616)
São Pedro	**29.607**	**9.390**	**20.217**	**(1.013)**	33.145	11.914	21.231	1.306
Humana	**1.766.972**	**377.057**	**1.389.915**	**2.990**	1.763.710	365.958	1.397.752	420
IRSL	**-**	**-**	**-**	**(3.938)**	14.843	4.847	9.996	235
SAMP	**967.061**	**351.601**	**615.460**	**114.624**	997.675	349.801	647.874	88.205
Humana Sul	**410.496**	**190.846**	**219.650**	**7.640**	385.587	173.577	212.010	714
SBAH	**188.621**	**29.241**	**159.380**	**22.939**	191.068	24.333	166.735	9.167
SAMES	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	5.114
Janela Lúdica	**-**	**-**	**-**	**1.956**	-	-	-	-
VAH	**271.525**	**159.020**	**112.505**	**(942)**	257.027	196.719	60.308	4.910

11. IMOBILIZADO: A movimentação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dos saldos do consolidado da Companhia foi a seguinte:

Controladora

	2024	Adição	Depreciação	2025
Computadores e periféricos	1	-	(4)	(3)
Benfeitorias	219	**220**	(12)	**427**
Edificações	5	-	-	**5**
Máquinas e equipamentos	746	-	(169)	**577**
Móveis e utensílios	388	-	(80)	**308**
Veículos	1	-	-	**1**
	1.360	**220**	(265)	**1.315**

Consolidado

	2024	Adição por combinação de negócio	Adição	Baixas	Depreciação (b)	Transferência	2025
Terrenos	35.732	**-**	**-**	**-**	**-**	**(29)**	**35.703**
Computadores e periféricos	20.394	**-**	**6.644**	**-**	**(6.922)**	**309**	**20.425**
Benfeitorias	82.846	**-**	**-**	**-**	**(12.490)**	**1.957**	**72.313**
Edificações (a)	187.578	**-**	**9**	**-**	**(4.660)**	**7.173**	**190.100**
Instalações	3.015	**-**	**-**	**-**	**(419)**	**73**	**2.669**
Máquinas e equipamentos	79.464	**215**	**14.770**	**(331)**	**(17.199)**	**8.089**	**85.008**
Móveis e utensílios	44.854	**-**	**6.031**	**(9)**	**(7.284)**	**(9.191)**	**34.671**
Veículos	848	**-**	**-**	**-**	**(44)**	**(143)**	**661**
Imobilizações em andamento	-	**-**	**34.867**	**(1.128)**	**-**	**(2.968)**	**30.771**
Outros imobilizados	14.916	**-**	**304**	**(17)**	**(619)**	**(5.543)**	**9.041**
	469.647	**215**	**62.895**	**(1.485)**	**(49.637)**	**(273)**	**481.362**
Direito de uso	233.483	**-**	**83.649**	**(2.962)**	**(47.792)**	**(2)**	**266.376**
	703.130	**215**	**146.544**	**(4.447)**	**(97.429)**	**(275)**	**747.738**

(a) Imóveis assistenciais mantidos pelas controladas Humana e SAMP, totalizando R$91.061, foram designados como ativos garantidores para lastrear provisões técnicas junto à ANS. (b) Com a adoção do CPC 50 / IFRS 17, parte dos gastos com depreciação foi alocado à rubrica de despesas de seguros por compor os fluxos de caixa.

Consolidado

	2023	Adição por combinação de negócio	Adição	Baixas	Depreciação (b)	Transferência	2024
Terrenos	35.732	-	-	-	-	-	35.732
Computadores e periféricos	14.828	14	10.846	(55)	(5.776)	537	20.394
Benfeitorias	57.250	-	20.626	(130)	(10.780)	15.880	82.846
Edificações (a)	167.817	-	1.685	(3)	(6.038)	24.117	187.578
Instalações	3.595	1	46	(2)	(586)	(39)	3.015
Máquinas e equipamentos	97.627	-	14.542	(89)	(21.320)	(11.296)	79.464
Móveis e utensílios	29.444	3	8.806	(249)	(4.754)	11.604	44.854
Veículos	1.071	-	11	(61)	(96)	(77)	848
Outros imobilizados	43.366	15	12.451	(163)	(27)	(40.726)	14.916
	450.730	33	69.013	(752)	(49.377)	-	469.647
Direito de uso	226.917	-	56.466	(8.788)	(41.112)	-	233.483
	677.647	33	125.479	(9.540)	(90.489)	-	703.130

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladoras concluíram que não há indícios de que os ativos possam ter sofrido desvalorização.

12. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO: O Grupo possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis e equipamentos e prestação de serviços utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento:

Prazo	2025 Taxa % a.a.	2024 Taxa % a.a.
1 ano	**16,49%**	13,71%
2 anos	**14,96%**	12,98%
3 anos	**15,98%**	15,40%
5 anos	**16,12%**	16,05%
10 anos	**18,49%**	18,11%
15 anos	**17,82%**	18,19%
20 anos	**17,73%**	18,99%

Movimentação do consolidado:

	Consolidado 2025	2024
Direito de uso (registrado no ativo imobilizado)		
Saldo no início do exercício	**233.483**	226.917
Novos contratos e remensuração de contratos existentes	**83.649**	56.466
Depreciação	**(47.792)**	(41.112)
Baixa (a)	**(2.964)**	(8.788)
Saldo no final do exercício	**266.376**	233.483
Arrendamentos a pagar (registrado no passivo exigível)		
Saldo no início do exercício	**269.169**	254.950
Novos contratos e remensuração de contratos existentes	**83.649**	56.466
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	**(74.225)**	(61.144)
Juros sobre passivos de arrendamento	**37.187**	30.257
Baixa (a)	**(3.549)**	(11.360)
Saldo no final do exercício	**312.231**	269.169
Circulante	**42.776**	33.169
Não Circulante	**269.455**	236.000
Despesa de depreciação com arrendamento	**(47.792)**	(41.112)
Despesas financeiras de juros com passivos de arrendamento (b)	**(37.187)**	(30.257)
Efeito do arrendamento	**(84.979)**	(71.369)

(a) Baixas referentes a contratos rescindidos no exercício.

(b) Com a adoção do CPC 50 / IFRS 17, parte dos gastos com aluguel foi alocado à rubrica de despesas de seguros por compor os fluxos de caixa.

A Companhia não possui direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, uma vez que as nossas operações de planos de saúde e hospitais são enquadradas no regime cumulativo. A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis. Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

Consolidado (nominal)	2025
2026	**78.265**
2027	**72.748**
2028	**57.274**
2029	**53.089**
2030	**49.297**
2030 a 2044	**197.637**
Valores não descontados	**508.310**
Juros embutidos	**(196.079)**
Passivo de arrendamento	**312.231**

Consolidado

Fluxo de pagamentos futuros	2026	2027	2028	2029	2030	2030 a 2044
Fluxo de desembolso sem AVP	**78.265**	**72.748**	**57.274**	**53.089**	**49.297**	**197.637**
Cenário com inflação	**81.435**	**75.513**	**59.279**	**54.947**	**51.023**	**204.553**

(*) Taxas obtidas através das projeções divulgadas pelo boletim Focus.

Complementarmente, os usuários dessas informações contábeis podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nesta nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

13. INTANGÍVEL:

Controladora

	Taxa média anual de amortização	2024	Amortização	2025
Marca com vida útil definida	5%	473	**(79)**	**394**
Carteira de clientes	11%	466	**(107)**	**359**
Software e outros	10%	650	**(201)**	**449**
Total		1.589	**(387)**	**1.202**
Ágio por rentabilidade futura		152.881	**-**	**152.881**
Total		154.470	**(387)**	**154.083**

Consolidado

	Taxa média anual de amortização	2024	Adição por combinação de negócio	Adição	Baixas/Impairment (a)	Amortização	Transferência	2025
Marca sem vida útil definida		5.859	**-**	**-**	**-**	**(837)**	**135**	**5.157**
Marca com vida útil definida	**5%**	24.529	**-**	**-**	**-**	**(796)**	**(135)**	**23.598**
Carteira de clientes	**11%**	198.102	**-**	**-**	**-**	**(28.157)**	**-**	**169.945**
Software e outros	**10%**	103.262	**-**	**30.050**	**(877)**	**(27.893)**	**275**	**104.817**
		331.752	**-**	**30.050**	**(877)**	**(57.683)**	**275**	**303.517**
Ágio por rentabilidade futura		1.235.545	**(105)**	**-**	**(10.000)**	**-**	**-**	**1.225.440**
Total		1.567.297	**(105)**	**30.050**	**(10.877)**	**(57.683)**	**275**	**1.528.957**

	Taxa média anual de amortização	2023	Adição por combinação de negócio	Adição	Baixas	Amortização	Transferência	2024
Marca sem vida útil definida		6.665	-	-	-	(782)	(24)	5.859
Marca com vida útil definida	**5%**	24.713	599	-	-	(807)	24	24.529
Carteira de clientes	**11%**	225.874	3.247	-	-	(31.305)	286	198.102
Software e outros	**10%**	97.946	-	27.712	(302)	(21.808)	(286)	103.262
		355.198	3.846	27.712	(302)	(54.702)	-	331.752
Ágio por rentabilidade futura		1.233.872	1.673	-	-	-	-	1.235.545
Total		1.589.070	5.519	27.712	(302)	(54.702)	-	1.567.297

(a) Baixa do valor contábil da UGC HCA ao seu valor recuperável através do conhecimento de uma perda por impairment em contrapartida ao ágio no montante de R$10.000. Para maiores detalhes vide nota 13.1.

13.1 Teste de redução ao valor recuperável - *Impairment:* O ágio é submetido anualmente, ou sempre que apresentar indícios, à teste de redução do valor recuperável. O teste de *impairment* foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos / IAS 36 e os valores de ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida. O Grupo determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período entre cinco e dez anos, a depender do nível de maturidade operacional da UGC, necessidades de investimentos expressivos de ampliações dos hospitais, entre outros. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio e outros ativos de vida útil indefinida foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais). Para a definição de UGC, a Administração considerou fatores qualitativos e quantitativos, que são utilizados no monitoramento e na tomada de decisão mediante a estratégia de verticalização do negócio ampliando a operação em outras regiões geográficas, além do ganho de sinergia e fortalecimento da Companhia e suas controladas na venda de planos de saúde. Como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ágio Humana NE, Hospital Maranhense, GMI e Janela Lúdica	**384.561**	384.561
Ágio Samp	**346.094**	346.094
Ágio Humana Sul	**132.793**	132.898
Ágio HBSM	**63.678**	63.678
Ágio HCA	**75.732**	85.732
Ágio HCN	**222.582**	222.582
Total	**1.225.440**	1.235.545

O Grupo realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e considerou, entre outros fatores, as seguintes premissas relevantes: • O custo médio ponderado de capital foi determinado nos seguintes percentuais para cada um dos períodos destas demonstrações financeiras:

WACC	2025	2024
Hospitais	**14,0%**	14,6%
Planos	**14,2%**	15,6%

• A média das seguintes premissas macro foram utilizadas para o período de abrangência dos cálculos:

Premissas macros	2025	2024
IPCA	**4,81%**	**3,88%**
PIB	**2,18%**	**3,8%**
SELIC	**14,93%**	**10,75%**
Custo médio da dívida	**14,2%**	**13,0%**

As premissas utilizadas no cálculo contemplam indicadores macroeconômicos que são obtidos com base em índices publicados, além de considerar riscos no mercado atual e riscos individuais do negócio, crescimento orgânico e verticalização da Companhia. As estimativas de resultado levam em consideração a experiência passada, ajustado principalmente pelos seguintes fatores: • Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento históricos e o plano de negócios atualizado do Grupo; • Presume-se que o preço dos serviços aumente em linha com a inflação geral e dos custos médico-hospitalares previstos para os próximos anos; • As premissas de custos seguiram a linha das utilizadas para receita de modo que venham a refletir os comportamentos históricos, efeitos do plano de negócios do Grupo para os próximos anos, assim como condições mercadológicas; • As despesas operacionais foram projetadas considerando em linha com o crescimento de receita, quando a despesa possui essa relação. Para os casos em que não existe correspondência direta o crescimento foi projetado considerando o índice de inflação geral; • As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. Para um período acima do explicito, que varia entre cinco a dez anos, é usada uma taxa que baliza um cenário de crescimento conservador em níveis da inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 3,6% a.a. A Administração da Companhia acredita que essa taxa de crescimento é justificada por ser a informação pública disponível no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia indicou a necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável (*impairment*) na UGC HCA, que decorre, substancialmente, da ociosidade operacional do hospital. O valor recuperável, obtido através do teste de *impairment*, indicou perda no ágio no montante de R$10.000.

14. CONTRATOS DE SEGURO:

	Consolidado 2025 PAA	BBA	Total
Ativo do contrato de seguro	**94.466**	**124.915**	**219.381**
Passivo de contratos de seguro	**(102.852)**	**-**	**(102.852)**

	Consolidado 2024 PAA	BBA	Total
Ativo do contrato de seguro	80.610	39.998	120.608
Passivo de contratos de seguro	(104.169)	-	(104.169)

14.1 Movimentação dos contratos de seguros - PAA:

2025	Passivos para cobertura remanescente (LRC): Excluindo o componente de perda	Componente de perda	Passivo para sinistrosocorridos (LIC): Estimativa do VP dos fluxos de caixa	Ajuste ao risco	Total
Ativos de contrato de seguro	131.578	-	(50.207)	(761)	80.610
Passivos de contrato de seguro	84.215	-	(188.383)	-	(104.168)
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2024	215.793	-	(238.590)	(761)	(23.558)
Receita de seguro	**2.142.498**	**-**	**-**	**-**	**2.142.498**
Despesas de serviço de seguro	**(59.136)**	**-**	**(1.559.835)**	**(566)**	**(1.619.537)**
Sinistros incorridos e outras despesas	-	-	(909.967)	(530)	(910.497)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	-	-	(649.868)	(36)	(649.904)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(59.136)	-	-	-	(59.136)
Resultado do serviço de seguro	**2.083.362**	**-**	**(1.559.835)**	**(566)**	**522.961**
Resultado financeiro de seguros	-	-	(4.195)	(155)	(4.350)
Mudanças totais na demonstração de resultado	**2.083.362**	**-**	**(1.564.030)**	**(721)**	**518.611**
Prêmios recebidos	(2.150.049)	-	-	-	(2.150.049)
Sinistros e outras despesas pagas	-	-	1.562.969	-	1.562.969
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	83.641	-	-	-	83.641
Total de fluxos de caixa	**(2.066.408)**	**-**	**1.562.969**	**-**	**(503.439)**
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2025	**232.747**	**-**	**(239.651)**	**(1.482)**	**(8.386)**
Ativos de contrato de seguro	**147.216**	**-**	**(51.268)**	**(1.482)**	**94.466**
Passivos de contrato de seguro	**85.531**	**-**	**(188.383)**	**-**	**(102.852)**
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2025	**232.747**	**-**	**(239.651)**	**(1.482)**	**(8.386)**

2024	Passivos para cobertura remanescente (LRC): Excluindo o componente de perda	Componente de perda	Passivo para sinistros ocorridos (LIC): Estimativa do VP dos fluxos de caixa	Ajuste ao risco	Total
Ativos de contrato de seguro	2.855	-	(44)	-	2.811
Passivos de contrato de seguro	159.473	-	(226.295)	-	(66.822)
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2023	162.328	-	(226.339)	-	(64.011)
Receita de seguro	**1.961.104**	**-**	**-**	**-**	**1.961.104**
Despesas de serviço de seguro	**(46.176)**	**-**	**(1.502.567)**	**(742)**	**(1.549.485)**
Sinistros incorridos e outras despesas	-	-	(920.613)	(542)	(921.155)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	-	-	(581.954)	(200)	(582.154)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(46.176)	-	-	-	(46.176)
Resultado do serviço de seguro	**1.914.928**	**-**	**(1.502.567)**	**(742)**	**411.619**
Resultado financeiro de seguros	-	-	(2.879)	(19)	(2.898)
Mudanças totais na demonstração de resultado	**1.914.928**	**-**	**(1.505.446)**	**(761)**	**408.721**
Prêmios recebidos	(1.951.340)	-	-	-	(1.951.340)
Sinistros e outras despesas pagas	-	-	1.493.194	-	1.493.194
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	89.877	-	-	-	89.877
Total de fluxos de caixa	**(1.861.463)**	**-**	**1.493.194**	**-**	**(368.269)**
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2024	**215.793**	**-**	**(238.591)**	**(761)**	**(23.559)**
Ativos de contrato de seguro	**131.578**	**-**	**(50.207)**	**(761)**	**80.610**
Passivos de contrato de seguro	**84.215**	**-**	**(188.384)**	**-**	**(104.169)**
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2024	**215.793**	**-**	**(238.591)**	**(761)**	**(23.559)**

14.2 Movimentação dos contratos de seguros - BBA:

2025	Passivos para cobertura remanescente (LRC): Excluindo o componente de perda	Componente de perda	Passivo para sinistros ocorridos (LIC): Estimativa do VP dos fluxos de caixa	Ajuste ao risco	Total
Ativos de contrato de seguro	130.453	(12.496)	(76.942)	(1.017)	39.998
Passivos de contrato de seguro	-	-	-	-	-
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2024	130.453	(12.496)	(76.942)	(1.017)	39.998
Receita de seguro	**933.666**	**-**	**-**	**-**	**933.666**
Despesas de serviço de seguro	**(21.980)**	**4.295**	**(713.383)**	**(1.009)**	**(732.077)**
Sinistros incorridos e outras despesas	-	-	(627.808)	(589)	(628.397)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	-	-	(85.575)	(420)	(85.995)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(21.980)	-	-	-	(21.980)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	-	4.295	-	-	4.295
Resultado do serviço de seguro	**911.686**	**4.295**	**(713.383)**	**(1.009)**	**201.589**
Resultado financeiro de seguros	4.291	(368)	(3.563)	(45)	315
Mudanças totais na demonstração de resultado	**915.977**	**3.927**	**(716.946)**	**(1.054)**	**201.904**
Prêmios recebidos	(864.228)	-	-	-	(864.228)
Sinistros e outras despesas pagas	-	-	721.345	-	721.345
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	25.896	-	-	-	25.896
Total de fluxos de caixa	**(838.332)**	**-**	**721.345**	**-**	**(116.987)**
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2025	**208.098**	**(8.569)**	**(72.543)**	**(2.071)**	**124.915**
Ativos de contrato de seguro	**208.098**	**(8.569)**	**(72.543)**	**(2.071)**	**124.915**
Passivos de contrato de seguro	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2025	**208.098**	**(8.569)**	**(72.543)**	**(2.071)**	**124.915**

2024	Passivos para cobertura remanescente (LRC): Excluindo o componente de perda	Componente de perda	Passivo para sinistros ocorridos (LIC): Estimativa do VP dos fluxos de caixa	Ajuste ao risco	Total
Ativos de contrato de seguro	154.349	(24.039)	(81.038)	(903)	48.369
Passivos de contrato de seguro	-	-	-	-	-
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2023	**154.349**	**(24.039)**	**(81.038)**	**(903)**	**48.369**
Receita de seguro	**899.537**	**-**	**-**	**-**	**899.537**
Despesas de serviço de seguro	**(21.973)**	**11.649**	**(732.358)**	**(58)**	**(742.740)**
Sinistros incorridos e outras despesas	-	-	(658.909)	259	(658.650)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	-	-	(73.449)	(317)	(73.766)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(21.973)	-	-	-	(21.973)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	-	11.649	-	-	11.649
Resultado do serviço de seguro	**877.564**	**11.649**	**(732.358)**	**(58)**	**156.797**
Resultado financeiro de seguros	(83.562)	(106)	(4.488)	(56)	(88.212)
Mudanças totais na demonstração de resultado	**794.002**	**11.543**	**(736.846)**	**(114)**	**68.585**
Prêmios recebidos	(848.092)	-	-	-	(848.092)
Sinistros e outras despesas pagas	-	-	740.942	-	740.942
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	30.194	-	-	-	30.194
Total de fluxos de caixa	**(817.898)**	**-**	**740.942**	**-**	**(76.956)**
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2024	**130.453**	**(12.496)**	**(76.942)**	**(1.017)**	**39.998**
Ativos de contrato de seguro	**130.453**	**(12.496)**	**(76.942)**	**(1.017)**	**39.998**
Passivos de contrato de seguro	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2024	**130.453**	**(12.496)**	**(76.942)**	**(1.017)**	**39.998**

14.3 Movimentação da margem de seguro:

2025	Estimativa do VP dos fluxos de caixa	Ajuste ao risco	Margem de seguro contratual	Total
Saldo inicial dos ativos de contrato de seguro	785.231	(55.503)	(689.730)	39.998
Saldo inicial dos passivos de contrato de seguro	-	-	-	-

continuação...

Ano de vencimento	2025
2027	9.404
2028	7.903
2029	6.830
2030	2.883
2031 em diante	4.052
	31.072

19. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS:

	Consolidado 2025	2024
Aquisição de parcela minoritária GMI - valor depositado	21	21
Aquisição Grupo CMM	11.667	17.179
Aquisição UNIHOSP	-	9.415
Aquisição UTIN	425	373
Aquisição - Humana Sul	7.309	6.534
Aquisição Hospital de Alagoinhas	20.444	21.821
Aquisição Grupo São Bernardo	43.611	59.223
Aquisição Hospital e Maternidade São Marcos	161	217
Aquisição CAONC	216	202
Aquisição Janela Lúdica	1.179	1.130
	85.033	116.115
Passivo circulante	44.714	63.841
Passivo não circulante	40.319	52.274

A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	125.379
Adição por combinação de negócios	1.303
Adição	1.090
Pagamentos efetuados	(23.473)
Compensação entre GRC e contas a pagar - Aquisição de empresas (Nota 9)	(993)
Atualização monetária	12.809
Saldo em 31 de dezembro de 2024	116.115
Adição	758
Pagamentos efetuados	(28.280)
Compensação entre GRC e contas a pagar - Aquisição de empresas (Nota 9)	(18.568)
Atualização monetária	15.008
Saldo em 31 de dezembro de 2025	85.033

20. PARTES RELACIONADAS:

Empresa		Controladora 2025 Resultado Despesas/ custos	Receita/ rateios	Ativo Mútuo	Contas a receber	Passivo Contas a pagar	Controladora 2024 Resultado Despesas/ custos	Receita/ Rateios	Ativo Mútuo	Contas a receber	Passivo Contas a pagar
Athena Healthcare Holding S.A.	(c)	-	-	-	4.547	19	-	-	-	4.547	19

Empresa		Consolidado 2025 Resultado Despesas/ custos	Receita/ rateios	Ativo Mútuo	Contas a receber	Passivo Contas a pagar	Consolidado 2024 Resultado Despesas/ custos	Receita/ rateios	Ativo Mútuo	Contas a receber	Passivo Contas a pagar
Cirúrgica Jaw Com. Mat. Médico Hosp. Ltda.	(a)	7.327	-	-	-	85	450	-	-	-	1.646
Bioshop Produtos Hospitalares S.A.	(a)	1.044	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Dupatri Hospitalar Com. Imp. e Exp. Ltda.	(a)	16.502	-	-	-	1.832	-	-	-	-	2.077
Elfa Medicamentos S.A.	(a)/(e)	16.999	-	-	25.000	151	12	65	-	-	3.636
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	(a)	2.878	-	-	-	-	3.221	-	-	-	-
HC Investimentos	(d)	-	-	-	-	-	6.174	-	-	-	-
Hiran Alencar Mora Castilho	(b)	-	-	-	-	-	-	-	69.138	-	-
HSM Empreendimento e Participações Ltda.	(d)	-	-	-	-	-	1.672	-	-	-	150
MM Participações S.A.	(d)	5.717	-	-	-	5	5.689	-	-	-	971
Multivida Farmácias Ltda	(a)	181	-	-	-	-	4.270	14	-	-	4
Nacional Comercial Hospitalar S.A.	(a)	262	-	-	-	257	-	-	-	-	-
Oncoclinicas São Marcos	(a)	-	-	-	-	-	7.702	39	-	-	-
SEK Security Ecosystem Knowledge S.A	(a)	850	-	-	-	4.661	-	-	-	-	-
TLS Logistica Dist. E Transportes Ltda.	(a)	2.029	-	-	-	-	820	-	-	-	-

Os saldos de transações entre partes relacionadas que afetam o balanço patrimonial são classificados de acordo com a sua natureza entre as rubricas de Contas a receber ou Partes relacionadas no ativo e Partes relacionadas ou Fornecedores no passivo. (a) Contratos de prestação de serviços com empresas de diretores, acionistas e/ou de seus familiares e empresas relacionadas a gestora do acionista controlador (Fundo V), os quais estão relacionados a serviços médicos, consultorias, outros serviços relacionados a operação e de apoio ao *back-office*.e aquisição de equipamentos, insumos médicos, órteses, próteses e matérias especiais. (b) Os saldos referem-se a contratos de mútuo com diretores/acionistas/ conselheiros quitados em 2025. (c) Referem-se a operações entre empresas do Grupo, são elas: (i) Contratos de prestação de serviços ou para aquisição de insumos; (ii) contratos de rateio de despesas (contratos de cost sharing que possui critérios e objetivos específicos); ou (iii) contratos de mútuo. (d) Referente a aluguéis de imóveis comerciais. O Grupo possui contratos de arrendamento de imóveis junto a diretores, acionistas e/ou de seus familiares, os contratos são firmados em termos e condições equivalentes aos praticados com terceiros. (e) Referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores de materiais e medicamentos, com realização prevista para os próximos 12 meses.

Os saldos transacionados estão evidenciados a seguir:	2025	2024
Ativo de direito de uso	124.163	108.778
(-) Depreciação do direito de uso	(37.807)	(29.916)
Total ativo	86.356	78.862
Arrendamentos a pagar	(106.319)	(95.265)
(-) AVP arrendamentos a pagar	379	301
Total passivo	(105.940)	(94.964)
Despesa com depreciação de direito de uso	7.545	6.185
Despesa com juros sobre arrendamentos	10.836	10.179
Despesas de aluguel	15.604	13.535
	33.985	29.899
Pagamentos de arrendamento no exercício	14.310	14.305

20.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Assembleia Geral Ordinária realizada em 01de abril de 2025 aprovou a remuneração global do pessoal-chave da Administração para o exercício social de 2025. A remuneração é composta por verbas fixas e variáveis e totalizou R$35.435 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$18.936 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Remuneração fixa anual	6.527	6.162
Remuneração variável	6.502	4.055
Pagamento baseado em ações	22.406	8.719
	35.435	18.936

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Cíveis	2.743	3.214	98.598	102.449
Tributárias	-	-	38.252	25.669
Trabalhistas	-	25	17.195	23.170
	2.743	3.239	154.045	151.288
Depósitos judiciais (a)	60	60	110.377	88.345

(a) Refere-se a depósitos judiciais, apresentados no ativo, que estão correlacionados as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.

21.1 Movimentação das provisões:	Controladora	Consolidado
Saldo final em 2023	3.606	136.063
Adições	-	38.710
Reversões	-	(38.442)
Reclassificações (a)	-	(3.749)
Adição/Baixa de GRC (Nota 9)	(367)	11.208
Saldo final em 2024	3.239	151.288
Adições	-	38.070
Reversões	-	(33.397)
Baixas por pagamento	-	(327)
Reclassificações (a)	-	595
Adição/Baixa de GRC (Nota 9)	(496)	(2.184)
Saldo final em 2025	2.743	154.045

(a) Refere-se a reclassificação de saldos relacionados a recolhimento de tributos (Nota 17).

As principais causas envolvendo a Companhia e suas controladas estão relacionadas aos seguintes assuntos: **21.2 Riscos cíveis:** Referem-se a provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos relacionados a danos morais e materiais. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R$101.830 nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025 (R$102.449 em 31 de dezembro de 2024). O montante de causas passivas relativos principalmente a danos morais relacionados a falhas na prestação de serviços e não cobertura de procedimentos, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda somam o valor de R$188.443 (R$125.952 em 31 de dezembro de 2024). O aumento das causas cíveis classificadas como possíveis decorre de processos administrativos da ANS (NIPs) cujo volume e rigor fiscalizatório cresceram após novas diretrizes para tratamentos de TEA. O cenário atual apresenta incremento nas autuações e aplicação de multas por reincidência e com base na avaliação de assessores jurídicos, o risco de perda é classificado como possível. Além das causas mencionadas acima como possíveis, em 29 de abril de 2022, a Companhia rescindiu, em virtude do não atendimento a determinadas condições precedentes de responsabilidade dos vendedores, o "Contrato de Compra e Venda e de Subscrição Ações e Outras Avenças", para aquisição da integralidade do capital social do Grupo Promédica. Alguns vendedores instituíram uma arbitragem, questionando a rescisão do Contrato e pleiteando indenizações em função dela. A Companhia, apoia em assessores jurídicos externos avaliou o prognóstico de perda do processo como possível, sem que nesse momento existam valores a serem divulgados sobre os potenciais riscos. **21.3 Riscos trabalhistas:** Referem-se a provisões trabalhistas e/ou previdenciárias constituídas pelas controladas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, discussões sobre verbas trabalhistas e cálculo rescisório. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R$16.360 nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025 (R$23.170 em 31 de dezembro de 2024). As controladas da Companhia também possuem causas passivas relativas a pleitos de vínculo empregatício, decorrente de relações trabalhistas na contratação de serviços médicos terceirizados e outros que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R$42.872 (R$31.199 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas entendem que a prática de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo, inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas nessa modalidade. **21.4 Riscos tributários:** Referem-se às provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos que envolvem causas tributárias, principalmente processos envolvendo débitos perante a União Federal e de ISS perante o município. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R$38.252 nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (R$25.669 em 31 de dezembro de 2024). O montante de causas passivas relativas a pleitos de recolhimento de tributos, semelhantes às descritas acima, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda monta a R$144.433 (R$119.868 em 31 de dezembro de 2024).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

22.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é composto por ações, ordinárias, sem valor nominal distribuídas entre sócios da seguinte forma:

31/12/2025 Acionistas	Quantidade de ações - Ordinárias	%	Valor integralizado	Quantidade de ações - Preferenciais	%	Valor Integralizado
Fundo V	371.326.489	88,45%	1.438.745	-	-	-
Hiran Alencar Moura Castilho	29.386.011	7,00%	53.187	-	-	-
Ações em tesouraria	1.093.614	0,26%	-	-	-	-
Outros	17.990.709	4,29%	70.241	610.865	0,64%	-
Alcantil Empreendimentos	-	-	-	95.371.457	99,36%	-
Total	419.796.823	100,00%	1.562.173	95.982.322	100,00%	-

31/12/2024 Acionistas	Quantidade de ações - Ordinárias	%	Valor integralizado	Quantidade de ações - Preferenciais	%	Valor Integralizado
Fundo V	370.758.260	88,19%	1.438.745	-	-	-
Hiran Alencar Moura Castilho	29.341.020	6,98%	53.187	-	-	-
Ações em tesouraria	1.053.350	0,25%	-	-	-	-
Outros	18.630.477	4,58%	70.201	610.865	0,64%	-
Alcantil Empreendimentos	-	-	-	95.371.457	99,36%	-
Total	419.783.107	100,00%	1.562.133	95.982.322	100,00%	-

22.2 Ações em tesouraria: As ações em tesouraria correspondem a ações da própria Companhia mantidas em carteira. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de 1.093.614 ações (1.053.350 em 31 de dezembro de 2024). **22.3 Reserva de capital:** Decorrente da destinação do preço de emissão de novas ações à conta de reserva de capital da Companhia no montante de R$364.799. **22.4 Transações de capital:** O saldo é composto por movimentos societários entre acionistas, tais como trocas de ações, incorporações societárias e mudanças na participação relativa de investimentos. No exercício de 2025, a mutação, no montante de R$68.755, refere-se ao reflexo de transação ocorrida no patrimônio líquido da controlada Athena Healthcare, envolvendo um acionista minoritário. Os impactos dessa transação são registrados no patrimônio líquido por se tratar de transações entre acionistas. Em 31 de dezembro de 2024, em decorrência das transações societárias, o saldo de R$3.634 é composto por R$2.941 de incorporações societárias e R$693 decorrente de mudanças na participação relativa de investimentos.

22.5 Resultado por ação:

	Consolidado 2025 Básico	Diluído	2024 Básico	Diluído
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	47.117	47.117	(26.305)	(26.305)
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	419.772	419.772	419.941	419.941
Instrumentos diluitivos - Média ponderada da quantidade de ações (em milhares) (a)	-	16.654	-	-
Resultado por ação básico e diluído (em R$)	0,1122	0,1080	(0,0626)	(0,0626)

(a) Os instrumentos de diluição são representados as opções de ações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em razão dos prejuízos apurados, os instrumentos emitidos possuem efeito não dilutivo, e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

23. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS:

	Consolidado 2025	2024
Outras operações de plano de assistência à saúde	41.868	15.450
Prestação de serviços médico-hospitalar	837.902	860.681
Outras prestações de serviços	12.124	9.320
(-) Glosas sobre serviços médico-hospitalares	(9.446)	(15.236)
Receitas de serviços prestados	882.448	870.215
(-) Impostos sobre receita (a)	(148.912)	(142.176)
	733.536	728.039

(a) Os impostos são PIS no percentual de 0,65%, COFINS com percentuais que variam de 3% a 4% e ISS com percentuais que variam de 2% a 3%.

24. RECEITA DE SEGURO:

24.1 Receitas referentes a contratos BBA:

	Consolidado 2025	2024
Reconhecimento CSM	211.534	160.886
Liberação de ajuste ao risco	13.219	13.257
Sinistros esperados	568.984	588.461
Despesas esperadas	117.949	114.960
Recuperação de custo de aquisição	21.980	21.973
Subtotal de receita de seguro BBA	933.666	899.537

24.2 Receitas referentes a contratos PAA:

	Consolidado 2025	2024
Valores relativos às mudanças na LRC		
Reconhecimento de prêmios	2.142.498	1.961.104
Subtotal de receita de seguro PAA	2.142.498	1.961.104
Total de receita de seguro	3.076.164	2.860.641

25. CUSTOS E DESPESAS DE SERVIÇOS PRESTADOS: Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1), a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Eventos conhecidos ou avisados	-	-	(186.349)	(153.748)
Salários e benefícios a empregados	-	(8)	(280.733)	(274.819)
Materiais e medicamentos	-	(1)	(235.003)	(224.447)
Honorários médicos	-	-	(192.248)	(143.377)
Utilidades	(295)	(296)	(27.492)	(26.609)
Provisões e provisão para perda esperada de crédito	-	-	(44.245)	(33.532)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(4.581)	215
Despesas com viagens e hospedagens	(24)	(15)	(8.804)	(6.777)
Aluguel e condomínio	-	-	(1.881)	(1.452)
Depreciação e amortizações	(687)	(2.252)	(86.529)	(85.393)
Consultorias e assistências	(4.027)	(4.143)	(53.061)	(46.533)
Manutenção	(54)	-	(32.236)	(27.838)
Taxas e tributos	(149)	(129)	(8.645)	(7.252)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	-	-	-	2.993
Outras despesas	(912)	(111)	(29.352)	(23.005)
Outras receitas	924	900	17.922	15.616
Garantia de reembolso de contingências	1.535	831	18.162	15.518
Despesa por pagamento baseado em ações (a)	(28.709)	(944)	(16.253)	(944)
Redução ao valor recuperável de ativos (Nota 13.1)	-	-	(10.000)	-
	(32.398)	(6.168)	(1.181.328)	(1.021.384)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(753.923)	(674.135)
Despesas comerciais	-	(249)	(27.559)	(24.776)
Gerais e administrativas	(34.592)	(7.468)	(424.960)	(350.241)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.194	1.549	25.114	27.768
	(32.398)	(6.168)	(1.181.328)	(1.021.384)

(a) O montante de R$16.253 é composto pela despesa reconhecida no exercício, no valor de R$28.709, e baixa de R$12.456 referente à Athena Healthcare, decorrente de cancelamento de outorgas realizadas, mediante a migração do plano para a Athena Saúde Brasil.

26. DESPESAS DE SEGURO: 26.1 Despesas referentes a contratos BBA:

	Consolidado 2025	2024
Sinistros incorridos e outras despesas	(713.012)	(732.416)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(21.980)	(21.973)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	2.915	11.649
Subtotal de despesa de seguro BBA	(732.077)	(742.740)

26.2 Despesas referentes a contratos PAA:

	Consolidado 2025	2024
Sinistros incorridos e outras despesas	(1.560.401)	(1.503.310)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(59.136)	(46.175)
Subtotal de despesa de seguro PAA	(1.619.537)	(1.549.485)
Total de despesa de seguro	(2.351.614)	(2.292.225)

27. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Receitas financeiras:				
Descontos de fornecedores	-	-	6.338	3.932
Juros ativos	-	-	28.018	13.534
Variação cambial	-	-	-	56
Rendimentos de aplicações financeiras	2.080	20.127	5.407	23.602
Rendimentos de aplicações financeiras ANS	-	-	35.301	31.600
Variação monetária	-	-	11.932	2.900
Receitas por recebimentos em atraso	-	-	13.074	12.689
Receitas de contratos de seguro	-	-	72.801	56.574
Outras receitas financeiras	1.519	1.200	2.394	5.153
	3.599	21.327	175.265	150.040
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(132.651)	(148.192)	(132.715)	(151.819)
Juros sobre arrendamento	-	-	(37.187)	(28.930)
Juros sobre parcelamento de impostos	-	-	(3.386)	(3.233)
Juros/AVP sobre aquisição de empresas	-	-	(15.008)	(12.809)
Juros e variação monetária	(586)	(23)	(12.489)	(6.430)
Descontos concedidos	-	-	(26.083)	(16.250)
Multas e tarifas bancárias	(2)	(2)	(3.797)	(5.042)
Despesas com contratos de seguro	-	-	(76.836)	(147.684)
Despesa financeira com GRC	-	-	(396)	-
Despesa financeira com contingências	-	-	(92)	-
Outras despesas financeiras	(194)	(564)	(7.978)	(7.050)
	(133.433)	(148.781)	(315.967)	(379.247)
Resultado financeiro, líquido	(129.834)	(127.454)	(140.702)	(229.207)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 se encontra disposta abaixo:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Impostos correntes				
Imposto de renda	-	-	(17.396)	(19.329)
Contribuição social	-	-	(9.036)	(7.149)
	-	-	(26.432)	(26.478)
Impostos diferidos				
Imposto de renda	7.349	799	(45.579)	(33.350)
Contribuição social	2.646	288	(16.409)	(12.012)
	9.995	1.087	(61.988)	(45.362)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.995	1.087	(88.420)	(71.840)

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal conforme apresentado a seguir:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.122	(27.392)	136.139	45.779
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(12.621)	9.313	(46.287)	(15.565)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	67.781	36.118	(33.698)	(49.484)
Receitas não tributáveis (despesas indedutíveis)	(7.074)	(2.911)	3.075	5.300
Dedução de benefícios programa alimentação trabalhador	-	-	177	687
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	341	(111)
Efeito dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal não constituídos (a)	(38.091)	(41.433)	(13.111)	(17.501)
Outros	-	-	1.083	4.834
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.995	1.087	(88.420)	(71.840)

(a) Valor corresponde a apuração dos prejuízos fiscais e base negativa do exercício nas Holdings, para os quais não são constituídos impostos diferidos. O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social tenham as seguintes realizações:

2026	2027	2028	2029	2030 - 2034	Total
27.157	28.464	26.926	24.521	53.577	160.645

Para as demais diferenças temporárias a Administração estima a realização entre 1 e 5 anos. Imposto diferido sobre prejuízos fiscais não contabilizado: Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui R$163.736 de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais não contabilizados (R$159.903 em 2024). **28.1 Impostos diferidos consolidados:** A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e as demais diferenças temporárias sejam realizadas em um ou cinco anos. A movimentação dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, calculadas de acordo com a alíquota nominal de 34% está composta conforme segue:

Ativo	2024	Adições (baixas) que afetaram resultado	Adições (baixas) que afetaram patrimônio	2025
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	156.375	4.270	-	160.645
Provisão para perda esperada de crédito	55.224	12.084	-	67.308
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	36.544	2.486	-	39.030
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	(113.401)	(41.800)	-	(155.201)
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios	50.650	(15.412)	-	35.238
Efeitos sobre arrendamento mercantil	11.089	3.519	-	14.608
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - SUS	1.036	-	-	1.036
Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal	(6.625)	(957)	-	(7.582)
Pagamento baseado em ações	29.257	9.761	-	39.018
Outros	13.152	(1.626)	-	11.526
Total do ativo fiscal diferido	233.301	(27.675)	-	205.626
Passivo				
Custo atribuído - Ativo imobilizado	(16.385)	-	66	(16.319)
Efeito CPC 50/IFRS 17	(58.511)	(34.313)	-	(92.824)
Total do passivo fiscal diferido	(74.896)	(34.313)	66	(109.143)
Efeito líquido	158.405	(61.988)	66	96.483

Ativo	2023	Adições (baixas) que afetaram resultado	Adições (baixas) que afetaram patrimônio	2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	147.653	8.722	-	156.375
Provisão para perda esperada de crédito	55.281	(57)	-	55.224
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	33.291	3.253	-	36.544
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	(58.007)	(55.394)	-	(113.401)
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios	47.108	3.542	-	50.650
Efeitos sobre arrendamento mercantil	10.188	901	-	11.089
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - SUS	1.036	-	-	1.036
Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal	(5.858)	(767)	-	(6.625)
Pagamento baseado em ações	28.873	384	-	29.257
Outros	11.018	2.134	-	13.152
Total do ativo fiscal diferido	270.583	(37.282)	-	233.301
Passivo				
Custo atribuído - Ativo imobilizado	(16.426)	41	-	(16.385)
Outros	(570)	504	66	-
Efeito CPC 50/IFRS 17	(49.886)	(8.625)	-	(58.511)
Total do passivo fiscal diferido	(66.882)	(8.080)	66	(74.896)
Efeito líquido	203.701	(45.362)	66	158.405

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS: No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições. **29.1 Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que a Companhia e suas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores. A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. **29.2 Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e/ou suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas adotaram a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia e de suas controladas é representado pelos valores contábeis das contas a receber consolidados de R$337.761 (R$303.002 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas não detêm nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. **29.3 Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Controladora							
Passivos financeiros:							
Empréstimos e financiamentos	979.103	1.575.620	78.143	79.530	634.208	783.739	-
Fornecedores	99	99	99	-	-	-	-
Consolidado							
Passivos financeiros:							
Empréstimos e financiamentos	979.109	1.575.628	78.151	79.530	634.208	783.739	-
Parcelamentos de impostos	41.104	41.355	5.017	5.016	17.307	9.943	4.072
Fornecedores	118.672	118.672	118.672	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	312.231	526.335	40.620	40.620	134.573	105.970	204.552
Dividendos a pagar	3.394	3.394	-	3.394	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	85.033	101.849	7.417	47.923	45.409	1.100	-

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Controladora							
Passivos financeiros:							
Empréstimos e financiamentos	911.466	1.315.896	69.424	83.008	445.397	718.067	-
Consolidado							
Passivos financeiros:							
Empréstimos e financiamentos	911.690	1.304.380	67.436	80.686	441.436	714.822	-
Parcelamentos de impostos	48.588	48.588	5.031	5.051	17.869	13.884	6.753
Fornecedores	104.593	104.593	104.593	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	269.169	471.253	31.735	31.735	54.584	51.009	302.190
Dividendos a pagar	3.043	3.043	-	3.043	-	-	-
Contas a pagar - Aquisição de empresas	116.115	134.808	48	56.295	67.969	10.496	-

Risco de seguro: O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde. No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada. Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes. No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade. **(i) Análise de sensibilidade:** A tabela abaixo analisa como a CSM comporta no resultado que seria aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis de risco que eram razoavelmente possíveis na data de relatório tivessem ocorrido. São eles o VCMH/VCO (Variação do custo médico hospitalar) que na apuração do índice aplicado utilizamos o percentil de 20% e 80%, e, da taxa de Sinistralidade em ±2% dos valores apurados e aplicados por operadora e safra.

31 de dezembro de 2025	Mudanças nas premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado depois dos impostos
VCMH/VCO (aumento)	Percentil 80%	147.400	(88.

continuação...

ATHENA SAÚDE BRASIL S.A. - CNPJ nº 31.701.408/0001-14

recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Como resultado desses procedimentos, foram identificados ajustes de auditoria indicando redução ao valor recuperável dos ágios, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Estimativa dos contratos de seguros, mensurados sob o *Premium Allocation Approach* (PAA) e *Building Block Approach* (BBA): Conforme divulgado nas notas explicativas n° 2.7 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia, por meio de suas controladas, registrou passivos de contratos de seguros, relacionados a contratos classificados como PAA, no montante de R$102.852 mil em seu balanço consolidado. Adicionalmente, os montantes de PAA incluem R$94.566 mil e o BBA R$124.915 mil em ativos relacionados a fluxos de caixa de aquisição de seguros, conforme demonstrado na nota explicativa n° 14 (a). Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esses montantes incluem tanto o passivo de cobertura remanescente (*LRC - Liability for Remaining Coverage*) quanto o passivo por sinistros incorridos (*LIC - Liability for Incurred Claims*) e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros. Esses passivos são avaliados sob métodos PAA e BBA e refletem estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro. Para o passivo de cobertura remanescente, avaliado sob método BBA, as estimativas contemplam ainda a margem de serviço desses contratos de seguros. No montante de passivo por sinistros incorridos (LIC) está contida a estimativa de PEONA (Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados), um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos por parte da diretoria. Da mesma forma, essas técnicas também são aplicadas na estimativa dos fluxos de caixa relacionados ao passivo de cobertura remanescente (LRC) avaliados sob o método BBA. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais. Este é especificamente o caso para contratos são consideradas de longo prazo, como determinados tipos de contratos individuais onde certas suposições de longo prazo são necessárias como parte das técnicas de projeção. Essas técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação. Assim, identificamos os passivos por sinistros incorridos (LIC), os passivos por cobertura remanescente (LRC) avaliados pelo método de BBA e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros, em conjunto, como um principal assunto de auditoria. ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar para avaliar a adequação dos registros contábeis; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos passivos dos contratos de seguros constituídos pelas controladas da Companhia, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos: Conforme divulgado nas notas explicativas 2.21 e 28 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R$198.935 mil em 31 de dezembro de 2025, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas. ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*** • Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente; (ii) análise e avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução dos resultados, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Como resultado desses procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de redução dos tributos diferidos, sendo este ajuste registrado pela administração mesmo considerando sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 27 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8F05-6D05-E735-857D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/8F05-6D05-E735-857D ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8F05-6D05-E735-857D

Hash do Documento

B309A6930AE9CEA13FE1F25D8EDAE0E4A999B77DF642C2364980F3CBBE813A11

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 28/02/2026 00:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646478949356226 Longitude: -46.55693328798284 Accuracy: 128

IP: 172.16.4.4

AC: AC Certisign RFB G5